

Cleber Bianchessi

Organizador



**Culturas
do
Brasil**

Formação e Atuação
Volume 2



MULHERES DO BRASIL

Formação e Atuação
Volume 2





AVALIAÇÃO, PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram avaliados por pares e indicados para publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Maria Alice Benevides CRB-1/5889

E26	Mulheres do Brasil: formação e atuação – Volume 2
1.ed.	[recurso eletrônico] / [org.] Cleber Bianchessi. – 1.ed. – Curitiba-PR, Editora Bagai, 2023. Recurso digital.
	Formato: e-book
	ISBN: 978-65-5368-182-8
	1. Mulheres. 2. Formação. 3. Atuação. I. Bianchessi, Cleber
10-2023/11	CDD 370.7 CDU 37.01

Índice para catálogo sistemático:
1. Educação: Formação 370.7

 <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-182-8.17.01.23>

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da **Editora BAGAI** por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfílmicos, fotográficos, videográficos, reprográficos, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Este livro foi composto pela Editora Bagai.

 www.editorabagai.com.br

 [/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)

 [/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)

 contato@editorabagai.com.br

Cleber Bianchessi
Organizador

MULHERES DO BRASIL

Formação e Atuação
Volume 2



O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es). As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

<i>Editor-Chefe</i>	Cleber Bianchessi
<i>Revisão</i>	Os autores
<i>Diagramação e Capa</i>	Lucas Augusto Markovicz
<i>Conselho Editorial</i>	Dr. Adilson Tadeu Basquerote – UNIDAVI Dr. Anderson Luiz Tedesco – UNOCHAPECÓ Dra. Andréa Cristina Marques de Araújo - CESUPA Dra. Andréia de Bem Machado – UFSC Dra. Andressa Grazielle Brandt – IFC - UFSC Dr. Antonio Xavier Tomo - UPM - MOÇAMBIQUE Dra. Camila Cunico - UFPPB Dr. Carlos Alberto Ferreira – PORTUGAL Dr. Carlos Luís Pereira – UFES Dr. Claudino Borges – UNIPIAGET – CABO VERDE Dr. Cledione Jacinto de Freitas – UFMS Dra. Clélia Peretti - PUCPR Dra. Daniela Mendes V da Silva – SEEDUCRJ Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL Dra. Denise Rocha – UFU Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima - UFPI Dra. Elisângela Rosemeri Martins – UESC Dr. Ernane Rosa Martins – IFG Dra. Flavia Gaze Bonfim – UFF Dr. Francisco Javier Cortazar Rodríguez - Universidad Guadalajara – MÉXICO Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes – UENP Dr. Helder Rodrigues Maiunga - ISCED-HUILA - ANGOLA Dr. Helio Rosa Camilo – UFAC Dra. Helisamara Mota Guedes – UFVJM Dr. Humberto Costa – UFPR Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira – PUC-SP Dr. Jorge Carvalho Brandão – UFC Dr. Jorge Henrique Gualandi - IFES Dr. Juan Eligio López García – UCF-CUBA Dr. Juan Martín Ceballos Almeraya – CUIM-MÉXICO Dr. Juliano Milton Kruger – IFAM Dra. Karina de Araújo Dias – SME/PMF Dra. Larissa Warnavin – UNINTER Dr. Lucas Lenin Resende de Assis - UFPA Dr. Luciano Luz Gonzaga – SEEDUCRJ Dr. Luiz M B Rocha Menezes – IFTM Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra - UFPPB Dr. Marciel Lohmann – UEL Dr. Márcio de Oliveira – UFAM Dr. Marcos A. da Silveira – UFPR Dra. Maria Caridad Bestard González – UCF-CUBA Dra. Maria Lucia Costa de Moura – UNIP Dra. Marta Alexandra Gonçalves Nogueira - IPLEIRIA - PORTUGAL Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães – FOPPE-UFSC/UFPEL Dra. Patrícia de Oliveira - IF BAIANO Dr. Porfírio Pinto – CIDH - PORTUGAL Dr. Rogério Makino – UNEMAT Dr. Reiner Hildebrandt-Stramann - Technische Universität Braunschweig - ALEMANHA Dr. Reginaldo Peixoto – UEMS Dr. Ricardo Caica Ferreira - UNITEL - ANGOLA Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto – UNICENTRO Dra. Rozane Zaionz - SME/SEED Dra. Sueli da Silva Aquino - FIPAR Dr. Tiago Tendai Chingore - UNILICUNGO – MOÇAMBIQUE Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes – UNIANDRADE/UK-ARGENTINA Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández – UCLV e CUM – CUBA Dra. Vanessa Freitag de Araújo – UEM Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT Dr. Yoisell López Bestard- SEDUCRS

APRESENTAÇÃO

Na atualidade o Brasil tem experienciado e vivenciado o debate público em torno do espaço da Mulher nas diversas decisões bem como nas diversas questões femininas. As constantes lutas pelos direitos das mulheres vêm progredindo lentamente no Brasil. Alguns avanços já foram conquistados nas últimas décadas, como o direito ao voto e o direito de serem eleitas. Destarte, no que diz respeito a representatividade das mulheres em diversas esferas sociais, esse debate ainda se encontra muito distante e aquém do desejado devido ao cenário de baixa representatividade feminina. Isso acontece devido a exclusão histórica das mulheres nas decisões sociais e que reverbera até hoje em nosso país.

Destarte, o primeiro capítulo tem como objetivo conhecer como as políticas públicas no Brasil combatem a violência de gênero contra a mulher. Na sequência, o segundo capítulo investiga como as noções de identidade e sexualidade estão relacionadas ao tema dos direitos humanos e da violência de gênero contra mulheres lésbicas. Por sua vez, o terceiro capítulo resgata a ancestralidade partilhada pelas mulheres africanas tanto no passado matriarcal quanto no Brasil escravizado. O quarto capítulo, na sequência, destaca olhares de duas mulheres para suas atividades artísticas durante a covid-19, o quinto capítulo analisa o pioneirismo de Myrthes Gomes de Campos frente a advocacia brasileira e o sexto capítulo oportuniza reflexões sobre os impactos das experiências de relações abusivas vivenciadas por mulheres atendidas em um serviço municipal especializado numa capital do sul do Brasil.

Deste modo, a presente obra reúne textos que oportunizem reflexões sobre a formação e atuação das inúmeras heroínas da Nação Brasileira, seja por sua atuação na História, na Educação, na Política, na Linguística, na Literatura e nas Artes em geral, direitos humanos, etc. Temas relevantes ganham destaque tais sejam: assédio, política, aborto, violência política e de gênero, maternidade, carreira, etc. e que vem sendo discutidos amplamente na sociedade e ganhando espaço de modo lento na conjuntura política.

Equipe editorial

SUMÁRIO

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES 7

Jennifer de Lima Cardozo Dias | Ana Patricia Ramos | Mareli Eliane Graupe

SEXUALIDADE, DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES LÉSBICAS 19

Luana Medeiros de Sá Lucas | Jeferson Camargo Taborda | Isabella Rezende Menezes

ANCESTRALIDADE FEMININA BRASIL – ÁFRICA – RELAÇÕES, DORES E RESISTÊNCIA 33

Cibelle Cardoso Messias | Joice Silva Gois | Janaína Rute da Silva Caetano Dourado

OS OLHARES DE DUAS MULHERES PARA SUAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 49

Haneliza Santos Gomes Cunha | Leila Sanches de Almeida

SUSTENTABILIDADE CULTURAL: O PIONEIRISMO DE MYRTHES GOMES DE CAMPOS FRENTE A ADVOCACIA BRASILEIRA 65

Fernanda Analu Marcolla | Sabrina Lehen Stoll

ENFRENTAMENTOS DA VIOLÊNCIA POR MULHERES EM SITUAÇÃO DE RELACIONAMENTOS ABUSIVOS 79

Larissa Faria Macedo | Magda do Canto Zurba | Soraia Araújo

SOBRE O ORGANIZADOR 91

ÍNDICE REMISSIVO 92

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Jennifer de Lima Cardozo Dias¹

Ana Patricia Ramos²

Mareli Eliane Graupe³

INTRODUÇÃO

Esta revisão sistemática de literatura tem como objetivo conhecer como as políticas públicas, no Brasil, vem sendo desenvolvidas no combate à violência de gênero contra a mulher, através de uma revisão de literatura. Para tanto, o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CTD-CAPES) foi escolhido como plataforma para se realizar as buscas. Sua escolha se justifica por ser a mais completa no Brasil, no que se refere a dissertações e teses. As buscas foram realizadas no dia 28 de outubro de 2021 e repetidas no dia seguinte, apresentando o mesmo resultado. O recorte temporal parte do ano de 2015 até 2017, último ano com trabalhos encontrados. Essa limitação decorre da necessidade de restringir o número de trabalho, mas principalmente, de encontrar pesquisas que recorram às políticas públicas mais recentes e que possam ainda estar em vigência. Para as buscas escolhemos os seguintes descritores: violência contra as mulheres; políticas públicas; Brasil, unidas pelo operador booleano AND. Como resultado, foram encontrados treze trabalhos, sendo nove dissertações e quatro teses. Entretanto duas dissertações não tiveram sua divulgação autorizadas.

¹ Mestranda em Educação (UNIPLAC). CV: <http://lattes.cnpq.br/4514147640196123>

² Mestranda em Educação (UNIPLAC). CV: <http://lattes.cnpq.br/4299771644955635>

³ Doutora em Educação e Cultura (Osnabrück Universität, UNI, Alemanha). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Saúde (UNIPLAC). CV: <http://lattes.cnpq.br/8925934554152921>

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A violência de gênero contra a mulher é um tema pertinente e desafiador, devido a sensibilidade deste problema.

O fenômeno da violência pode ser considerado uma crise da modernidade, marcado por relações sociais diversas. Sendo assim, é necessário a compreensão da temática para então, poder auxiliar e proteger aqueles/as que passam por esse tipo situação. Considerada uma questão de saúde pública, é de extrema importância conhecer e cobrar os procedimentos legais responsáveis pelo enfrentamento da violência de gênero contra a mulher.

Assim, no domicílio ou fora dele a violência é considerada um problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos, com profundas repercussões sociais. (SANTA CATARINA, 2014, p. 10)

As Políticas Públicas foram fortalecidas em 2003 com a criação da Secretaria de Políticas para as mulheres e a elaboração de conceitos, diretrizes e normas, entretanto, neste período, o enfrentamento à violência contra as mulheres constitua somente fatos isolados. A partir deste ano houve um avanço significativo no combate a este fenômeno, documentos e leis foram publicados como consta no documento Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.⁴

Haja vista que já passaram 18 anos desde este início e sabendo da necessidade de estudo e aperfeiçoamento desta temática, no intuito de estimular a sociedade a reflexão e mudança de comportamento diante deste cenário, este trabalho se direciona a analisar as pesqui-

⁴“Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência, as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, Norma Técnica do Centro de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, entre outros.” (COLHO, 2014, p. 8)

sas desenvolvidas com este tema, Políticas Públicas no Brasil sobre a violência contra as mulheres

APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Entre as pesquisas encontradas, a primeira delas tem por título **“Movimentos De Mulheres Do Campo E Políticas Públicas: uma análise do papel dos movimentos sociais em relação às iniciativas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres em Minas Gerais”** de autoria de Mariana de Lima Campos (2017), na área da Administração Pública, pela Fundação João Pinheiro (Escola de Governo) em Minas Gerais. O segundo trabalho sem divulgação autorizada, de Sônia Maria Teixeira Magalhães (2017), possui o título **“A Violência Doméstica E Suas Consequências Para A Saúde Da Mulher”**, pela Universidade Federal de Goiás.

Dentre as publicações com a divulgação autorizada, decidimos, por limitações temporais, nos ater à leitura dos resumos e de trechos da introdução e da conclusão, observando os elementos gerais de cada pesquisa e as suas principais considerações sobre os temas tratados. A ordem de apresentação segue de acordo com a apresentada pelo CTD-CAPES. Assim, o primeiro trabalho encontrado recebeu o título de **“Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil: análise da implementação da política de enfrentamento à violência contra as mulheres em âmbito nacional e municipal”**, tendo a autoria de Renata Porto Bugni (2016), realizado na Universidade de São Paulo. Nesta dissertação de mestrado em Ciências o objetivo é analisar o avanço da política de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil, e se debruça sobre o processo de implementação nacional e municipal, visando identificar e compreender seus limites e desafios.

O texto se divide em três etapas de análise: a formação de políticas públicas para mulheres no Brasil; analisa-se também a implementação da política de enfrentamento à violência a partir da criação e desenvolvimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em

âmbito federal. Por fim, são investigados os processos de implementação da política nos municípios brasileiros, por meio do estudo de três cidades paulistas: São Paulo, Poá e Ferraz de Vasconcelos. Através de entrevistas de campo e análises qualitativas e quantitativas dos dados, constatou-se uma enorme heterogeneidade entre os municípios quanto à implementação da política. Apesar do aumento gradativo do número de municípios que desenvolvem políticas para as mulheres, este é ainda um processo em construção.

O segundo trabalho observado, uma dissertação produzida na Universidade do Planalto Catarinense, em Lages, Santa Catarina, no mestrado em educação, com o título **“VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES: Ações do município de Lages e contribuições para a educação”** de Lúcia Helena Matteucci Bondavalli (2017), tem como objetivo discutir as ações desenvolvidas no município de Lages, Santa Catarina, pelo fim da violência contra mulheres. Sendo que este município liderou o Mapa da Violência do estado por um bom tempo. Através de uma pesquisa documental de áudios em audiências públicas e entrevistas foram analisados qualitativamente. Constatou-se que as políticas públicas desenvolvidas em Lages para o enfrentamento de violências de gênero são avanços realizados, mas ainda insuficientes, é preciso intensificá-las, para que haja o empoderamento das mulheres. A autora entende a educação como mediadora nas reflexões de combate a comportamentos machistas, sexistas e discriminatórios, inicialmente, por meio da formação dos profissionais, o que demanda de políticas públicas que proporcionem condições para tanto. Assim é necessário ações do poder público construindo, aplicando e fiscalizando políticas públicas que visem a equidade entre os gêneros.

Como terceira produção disponível, encontramos a dissertação de mestrado em Sociedade e Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima, com o título **“A Cooperação Binacional Entre O Brasil E Venezuela Relativa À Rede De Enfrentamento Da Violência Praticada Contra Mulheres”**, de Jeane Magalhães Xaud (2016). Através de

levantamento de dados bibliográficos presentes em documentos oficiais, materiais de periódicos, sites oficiais, discursos políticos e visitas *in loco*, a autora descreve e analisa adequações legislativas empreendidas, políticas públicas implementadas e da cooperação binacional Brasil e Venezuela para a constituição da rede de prevenção e enfrentamento da violência praticada contra as mulheres na fronteira. A pesquisa afirma que a região da fronteira seca Brasil Venezuela, especificamente nos Municípios fronteiriços Pacaraima (Brasil) e Gran Sabana/Santa Elena de Uairén (Venezuela), apresenta nuances diferenciadas pelas questões regionais fronteiriças. Como resultado tem-se a descrição, mapeamento e a avaliação das políticas públicas implementadas na criação da rede de enfrentamento binacional para garantia dos direitos das mulheres na fronteira do Brasil com a Venezuela.

O quarto trabalho encontrado, uma tese de doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, de Cíntia Maria Teixeira (2017) recebeu o título “**Protagonismos E Embarços De Redes Nas Articulações De Práticas Emancipatórias Na Saúde Das Mulheres**”. Seu objetivo foi analisar os protagonismos e embarços de redes nas articulações de práticas emancipatórias na atenção primária à saúde das mulheres. Para isso, localizou como as políticas públicas de saúde na atenção primária propõem ações de enfrentamento à violência contra as mulheres. Buscando os efeitos das práticas de assistência desenvolvidas em um centro de saúde de Belo Horizonte caracterizaram o eixo analisador para problematizar como profissionais e usuárias, bem como os diferentes níveis de gestão, tecem a rede na linha do cuidado e da justiça social.

A partir das análises de documentos, entrevistas, observação participante, diário de campo e rodas de conversas. A pesquisa indica que, apesar dos avanços nas políticas públicas de saúde para as mulheres na assistência, as práticas de saúde mais prevalentes ainda são essencializadoras, biologizantes e medicalizantes, isto decorre do predomínio do modelo biomédico, com o poder hegemônico do médico naturalista

organizado sob os moldes de um sistema hierarquizado e dominante na atenção primária que prioriza o cuidado com o corpo biológico. A pesquisa afirma que no combate à violência contra as mulheres, o desafio recai no processo de desconstrução e desnaturalização deste fenômeno com todas as pessoas envolvidas: gestores, profissionais e usuárias. A autora ainda afirma que na política pública de saúde para as mulheres não há diretrizes que apontam para questões que correlacione linha de cuidado integral, enfrentamento à violência e justiça social. Tal situação aponta para a negligência do Estado em relação ao enfrentamento da violência na assistência. Uma das necessidades emergentes está em garantir ações integradas por meio das redes intersetoriais no enfrentamento à violência contra as mulheres que concilie a linha de cuidado integral associada ao modelo de justiça que problematize os efeitos da má-distribuição, a hierarquia de status e a ausência ou falsa representatividade na saúde das mulheres.

O quinto trabalho localizado, uma tese de doutorado em Ciências Sociais, pela Universidade de Brasília, com o título “**Invisibilidades e Persistências: Políticas Públicas de combate à Violência contra as Mulheres (Brasil e Argentina)**”, de Maria Carolina Carvalho Motta (2017), traz como objetivo compreender o espaço que ocupam as políticas públicas de combate à violência contra a mulher no cenário do direito internacional dos direitos humanos, bem como, analisar a lógica transnacional que impõe aos Estados uma agenda política de resultados. Com o intuito de desvendar a trajetória de políticas concretas sobre o assunto, a escolha de análise da presente pesquisa recaiu sobre Brasil e Argentina, países da América Latina. As semelhanças contextuais destes dois países auxiliaram na percepção de comportamentos políticos distintos sob um mesmo problema. Como considerações finais, a pesquisa afirma que as recomendações de organismos internacionais foram essenciais para a compreensão do atual estágio de execução das políticas públicas de combate à violência contra a mulher por Brasil e Argentina.

Como sexto trabalho disponível, temos a tese de doutorado em Políticas Públicas de Thiago Pereira Lima, desenvolvida na Universidade Federal do Maranhão com o título **“Gênero, tráfico sexual de mulheres e políticas públicas: uma análise da experiência da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR)”** (2017). Referenciando-se por documentos internacionais que o Brasil foi signatário e por entrevistas com representantes de órgãos oficiais, a tese problematiza os pressupostos que fundamentam os dispositivos legais nacionais e supranacionais, bem como as políticas públicas brasileiras de enfrentamento ao tráfico sexual de mulheres, levando em consideração como a perspectiva de gênero é construída no debate. Com base no material empírico e na perspectiva teórica dos estudos feministas e de gênero, argumento que as políticas públicas apresentam uma perspectiva generificada, limitada às mulheres, e não uma perspectiva relacional; há um discurso e ações generalizantes que não acampam o complexo campo do gênero, conforme mostram os relatórios oficiais e as entrevistas realizadas junto aos organismos.

O sétimo trabalho, com o título **“Violência contra a mulher e os métodos utilizados no aconselhamento pastoral”** (2017), uma dissertação de mestrado em Teologia de Jeverson Nascimento, feita nas Faculdades Batista do Paraná, tem como escopo apontar os métodos utilizados pelo aconselhamento pastoral nos casos de violência contra a mulher, bem como, analisar sua efetividade no combate a esse fenômeno global. Valendo-se de uma metodologia qualitativa, a pesquisa constatou que o movimento religioso neste sentido ainda é muito lento, entretanto, verificou-se que o desenvolvimento de métodos de aconselhamento pastoral, aliados a diferentes áreas da ciência vem se solidificando e ganhando espaço nos debates religiosos.

A oitava pesquisa, uma dissertação de mestrado em Direitos Humanos, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, elaborada por Raquel Cristiane Feistel Pinto, com o título **“O enfrentamento da violência contra a mulher**

no brasil: as políticas públicas no século XXI e a violação dos direitos humanos” (2017), buscou compreender quais as condicionantes sociojurídicas-culturais contribuíram para que as políticas públicas implementadas no Brasil, para a redução da violência contra a mulher, não fossem plenamente satisfatórias e, quais os enfoques podem ser dados às políticas públicas, a partir da perspectiva dos Direitos Humanos. A partir de uma pesquisa de enfoque qualitativo, bibliográfica e documental. Como resultado, observam-se os avanços jurídicos para os direitos humanos das mulheres, contudo, as grandes ações vão se dar com as políticas públicas a partir da criação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres em 2003. Verifica-se que os avanços em políticas públicas foram significativos, mas não suficientes para a redução dos índices de violência, resultado este, que pode estar na priorização do atendimento às vítimas e a responsabilização dos agressores, restando pouco desenvolvimento em ações preventivas.

A nona produção acadêmica encontrada, a dissertação de mestrado em Tecnologia e Sociedade, realizada na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, intitulada “**Casa da Mulher Brasileira: uma política pública para mulheres em situação de violência**”(2017), de Cleison Ribeiro Ayres, caracterizando-se como pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas com cinco profissionais, mulheres, que atuaram na implementação da Casa da Mulher Brasileira em Curitiba, para com isso conhecer o processo de implementação dessa instituição enquanto nova política pública para acolhimento e atendimento mulheres vítimas de violência, com assistência integral e humanizada facilitando o acesso a serviços especializados e garantindo condições de enfrentamento da violência, de empoderamento e autonomia econômica.

A décima publicação encontrada no CTD-CAPES, de Iranilde Barbosa dos Santos, uma dissertação de mestrado em antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas, com o título “**Violência contra mulheres indígenas Macuxi: de experiências narradas a**

soluções coletivas” (2017), temo como objetivo é compreender como as mulheres Macuxi da região de Surumu concebem as práticas de violência contra mulher, a partir de suas próprias narrativas sobre situações vivenciadas por elas ou por outras mulheres de sua comunidade e de suas trajetórias no contexto das políticas indigenistas e políticas públicas no Brasil por meio de uma pesquisa etnográfica, e com base em entrevistas em assembleias, a autora afirma que possível foi possível compreender em grande parte como as mulheres indígenas Macuxi concebem práticas de violência. E que na sua história de vida e na fala de cada uma das entrevistadas ficou evidente como há diferentes visões, tanto da violência psicológica, como da física.

O último trabalho, uma tese de doutorado em Enfermagem, realizada por Mariana Hasse, na Universidade de São Paulo, com o título **“Violência de gênero contra mulheres: Em busca da produção de um cuidado integral”** (2016), apresentou como objetivo identificar as organizações e os agentes que compõem a rede intersetorial para mulheres em situação de violência do município de Ribeirão Preto - SP, entender a produção do cuidado nos serviços e analisar as relações existentes entre os diversos serviços e setores. Estudo feito com uma abordagem qualitativa embasou-se em conceitos da micropolítica do processo de trabalho – tradicionalmente utilizados para analisar o trabalho em saúde – para discutir a questão da produção do cuidado a mulheres em situação de violência. Além disso, foram feitas observações participantes em três serviços – um do setor saúde, um da assistência social e um de segurança pública. Usando a categoria de hospitalidade, a tese entende que a análise das categorias indica muitos processos de trabalho nos quais não há centralidade do uso de tecnologias relacionais e, portanto, desfavoráveis ao diálogo e à reflexão. Aliado a isso, percepções dos profissionais, muitas vezes preconceituosas, acerca de temas correlatos à violência, favorecem o surgimento de obstáculos à hospitalidade necessária para a produção do cuidado e da articulação intersetorial, indispensáveis para o enfrentamento da violência de forma

integral. A preeminência do trabalho vivo nos processos de trabalho através do uso de tecnologias relacionais possibilita a construção do cuidado integral e o resgate da condição de sujeito de usuários e trabalhadores. Por isso ela é fundamental para o trabalho com situações de violência, por combater a anulação do outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando os resultados das buscas e analisando as produções, entendemos que há poucas pesquisas, dentro da plataforma utilizada, que se dediquem em investigar como as políticas públicas, no Brasil, vem sendo desenvolvidas no combate à violência de gênero contra a mulher.

A maioria das pesquisas analisadas partem de recortes espaciais bem específicos, como uma cidade, ou uma comunidade indígena, relacionando com as políticas públicas desenvolvidas ou não nessas localidades, procurando mostrar possíveis falhas da execução das mesmas, ou, em outro sentido, o mérito das ações na mitigação da violência de gênero contra as mulheres.

Notamos também que esta problemática perpassa diferentes áreas do conhecimento, abrangendo desde as ciências sociais, até as ciências da saúde. Por outro lado, não identificamos pesquisas sobre o tema no campo da educação escolar, ou em políticas públicas que se desenvolvam no âmbito da educação formal.

REFERÊNCIAS

AYRES, Cleison Ribeiro. **CASA DA MULHER BRASILEIRA**: uma política pública para mulheres em situação de violência. 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5377613. Acesso em: 28 out. 2021.

BONDAVALLI, Lúcia Helena Matteucci. **VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES**: ações do município de Lages e contribuições para a educação. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Planalto Catarinense

– Uniplac, Lages, SC, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5050018. Acesso em: 28 out. 2021.

BUGNI, Renata Porto. **Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil**: análise da implementação da política de enfrentamento à violência contra as mulheres em âmbito nacional e municipal. 2016. 215 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4003528. Acesso em: 28 out. 2021.

COELHO, Elza Berger Salema et al. **Políticas públicas no enfrentamento da violência**. 2014.

HASSE, Mariana. **Violência de gênero contra mulheres**: em busca da produção um cuidado integral. 2016. 281f. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3994893. Acesso em: 28 out. 2021.

LIMA, Thiago Pereira. **GÊNERO, TRÁFICO SEXUAL DE MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS**: uma análise da experiência da secretaria de políticas para as mulheres da presidência da república (spm/pr). 2017. 234 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5004557. Acesso em: 28 out. 2021.

MOTTA, Maria Carolina Carvalho. **INVISIBILIDADES E PERSISTÊNCIAS**: políticas públicas de combate à violência contra as mulheres (brasil e argentina). 2017. 327 f. Tese (Doutorado) – Curso de Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre As Américas, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5053094. Acesso em: 28 out. 2021.

NASCIMENTO, Jeverson. **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E OS MÉTODOS UTILIZADOS NO ACONSELHAMENTO PASTORAL**. 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissional em Teologia, Faculdades Batista do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5016827. Acesso em: 28 out. 2021.

PINTO, Raquel Cristiane Feistel. **O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL**: as políticas públicas no século XXI e a violação dos direitos humanos. 2017. 108 f. Dissertação (Doutorado) – Curso de Curso de Mestrado em Direitos Humanos, Programa de Pós-Graduação em Direito, Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5016827.

capex.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6174252. Acesso em: 28 out. 2021.

SANTA CATARINA. Elza Berger Salema Coelho. Universidade Federal de Santa Catarina- Ufsc1. **POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 51p.

SANTOS, Iranilde Barbosa dos. **VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES INDÍGENAS MACUXI:** de experiências narradas a soluções coletivas. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6082151. Acesso em: 28 out. 2021.

TEIXEIRA, Cíntia Maria. **PROTAGONISMOS E EMBARAÇOS DE REDES NAS ARTICULAÇÕES DE PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS NA SAÚDE DAS MULHERES.** 2017. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5087345. Acesso em: 28 out. 2021.

XAUD, Jeane Magalhães. **A COOPERAÇÃO BINACIONAL ENTRE O BRASIL E VENEZUELA RELATIVA À REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA MULHERES.** 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, Rr, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5377613. Acesso em: 28 out. 2021.

SEXUALIDADE, DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES LÉSBICAS

Luana Medeiros de Sá Lucas⁵
Jeferson Camargo Taborda⁶
Isabella Rezende Menezes⁷

INTRODUÇÃO

O termo sexualidade emerge em meados do século XIX com o intuito de ampliar uma nova área de estudos sobre os seres humanos. Este campo de estudos possibilitou a inovação de normas, o desenvolvimento de áreas de conhecimento variados sobre os sexos e essencialmente mudanças na forma com que cada sujeito deveria valorizar seus sentimentos, condutas, objetivos, prazeres e desejos (FOUCAULT, 2007^a). Por conseguinte, as áreas de conhecimento passaram a elaborar discursos que buscaram direcionar a sexualidade humana (FOUCAULT, 2005).

As formas de singularização da vida são reprimidas por regras de convivência social e culturalmente estabelecidas. O resultado disso é a homogeneização tanto de subjetividades quanto dos espaços. O meio social torna-se lugar de prova ao corpo LGBTQIA+, que a partir da vivência frente aos discursos heteronormativos depara-se com rejeição a diferenças identitárias que buscam moldar as subjetividades. Consequentemente, o corpo LGBTQIA+ no meio social age como denúncia às institucionalizações que buscam controlar a vida em variadas dimensões (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

No que tange a vivência de mulheres lésbicas, é possível observar a invisibilidade dessa existência, que contam primeiro com a desqualifi-

⁵ Mestranda em Psicologia (UFMS). CV: <http://lattes.cnpq.br/1748838426754678>

⁶ Doutorado em Psicologia (UCDB). Professor do curso de Mestrado em Psicologia (UFMS). CV: <http://lattes.cnpq.br/0631132223013537>

⁷ Psicóloga (UFMS). CV: <http://lattes.cnpq.br/1315452299893409>

cação de mulheres, advindas de uma ordem majoritariamente masculina e segundo com a desvalorização de sua orientação sexual partindo da primazia heterossexual. Assim, o modo de existir de mulheres lésbicas vão contra ao modelo binário de gênero e sexualidade (SWAIN, 2000).

Mulheres lésbicas que se transpuseram ao modelo de feminilidade tradicional, expressando características consideradas como masculinizadas são frequentemente marginalizadas. Isso porque ao rejeitar o tradicionalismo de gênero a mulher lésbica passa a ser considerada como um sujeito fora da ordem “mulher”, que inclusive é indagada sobre um possível desajuste de hormônio, formas corporais e genética. Além disso, os fatores sociais também são elencados como maneira de justificar o viver lésbico, como por razões familiares desestruturadas ou até mesmo possível abuso sexual na infância (SOUZA, 2012).

Portanto, ao analisar a quebra de paradigmas de mulheres que performam gênero distante ao padrão de comportamentos, vestuários ou condições estéticas, tem-se como foco de interesse a busca por produzir novos sentidos para corporalidades na própria comunidade LGBTQIA+ e compreender como as exigências heteronormativas são atravessadas nesse processo.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Investigar como as noções de identidade e sexualidade estão articuladas e problematizá-las ao tema dos direitos humanos e da violência de gênero contra mulheres lésbicas.

Objetivos específicos

- Elucidar como as noções de identidade e de sexualidade se articulam enquanto relações de poder.

- Investigar historicamente as conquistas dos direitos humanos das mulheres e as atuais violências de gênero que ainda precisam ser combatidas.

METODOLOGIA

Este trabalho adota como abordagem a pesquisa qualitativa. De acordo com Minayo (1994, 2000 apud SUASSUNA, 2008, p. 348) a autora afirma que a pesquisa qualitativa responde a perguntas particulares, mantendo foco em uma realidade não quantificada da realidade e que nela há possibilidade de trabalhar com questões de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. Para a autora, uma investigação social deve atentar-se a característica de seu objeto, que é sua postura qualitativa. A pesquisa qualitativa preocupa-se em quantificar os fatos e fenômenos, assim como também em conseguir explicar as complicações resultantes das relações sociais, em que a ação humana é dependente dos significados que são atribuídos por meio das figuras sociais.

Trata-se de uma pesquisa do tipo “exploratória” que consiste em investigar um fenômeno que é pouco explorado. Tal pesquisa visa especificar hipóteses sobre o tema ou fenômeno para que outras pesquisas consigam testá-las e validá-las. Gil (2017) afirma que as pesquisas exploratórias aspiram a ser mais flexíveis no seu planejamento, já que elas buscam observar e compreender os diversos aspectos que são relativos ao fenômeno estudado pelo pesquisador.

A proposta será investigar como os autores discutem o tema da identidade e da sexualidade problematizando as relações de poder implicadas. Investiga também historicamente os movimentos feministas lutaram pelo direitos humanos bem como a violência de gênero contra mulheres lésbicas.

IDENTIDADE, SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE PODER

Os questionamentos a respeito de ser alguém tendo como referência principal a sexualidade é algo bastante recente. Segundo Foucault (1988), desde a consolidação das ciências humanas, ainda no século XIX, quando se diz “quem sou eu”, a referência é o sexo e sua significação, seu discurso e sua história, ou seja, o sujeito é constituído sob o signo do sexo.

No que tange as sexualidades divergentes, a percepção sobre os sujeitos tende a ser estabelecida a partir de parâmetros de exclusão e de rejeição, bem como de ocultação e do mascaramento (FOUCAULT, 1988).

Cabe dizer que a identidade do sujeito é um fato social e não natural. Tem-se o exemplo de um recém-nascido que, mesmo antes de vir ao mundo, tem no sexo biológico as condições de sua vida pré-estabelecidas. A família passa a planejar no futuro nome, nas cores e modelos das roupas, nos tipos brinquedos, etc. Com o tempo, tudo isso passa a ser assimilado pela criança, tornando-se então algo pertencente à sua objetividade social (CIAMPA, 1989). Fundamentado nisso, existe a expectativa acerca de como alguém deve se comportar, partindo da percepção sobre o que o indivíduo é.

A sexualidade, longe de ser apenas uma questão identitária, é sobretudo política, envolta em discursos históricos que definem as maneiras de se viver (FOUCAULT, 2007). Junta-se a isto a questão de gênero que precisa ser compreendida como um elemento constituinte das relações sociais, onde mais do que as divergências entre os sexos, trata-se da forma inicial das relações de poder (SCOTT, 1995).

Numa cultura heteronormativa, ou seja, pautada na dicotomia entre homem e mulher, percebe-se estas diferenças quando a sexualidade feminina tende a ser definida posteriormente e dada à masculina. Tem-se, por exemplo, a Igreja e o Estado, que estão presentes e interessadas quanto as vivências sexuais, principalmente das mulheres.

Por consequência, as identificações sexuais que sujeitos aceitam como naturais, são notoriamente forjadas e essenciais para a atuação do poder na sociedade moderna (WEEKS, 2000).

O gênero é uma área primária no qual através de suas discussões, tem-se o poder como forma de articulação, conforme Foucault (2006, p. 231-232):

[...] quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto maior astúcia quanto maior for a resistência. [...] De fato, relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável.

A resistência das políticas acerca da sexualidade, presentes no feminismo, movimentos raciais e LGBTQIA+, tem-se questionamentos sobre as certezas sexuais vigentes na tradição cultural. Os princípios buscam compreender as variadas formas de poder e dominação que moldam a vida sexual do sujeito, impondo ao coletivo que resista (WEEKS, 2000).

Dessa forma a sexualidade seria o nome dado ao dispositivo histórico, que ainda conforme Foucault, (1979, p. 244), diz respeito, através de seu sentido metodológico:

A um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Partindo desse pressuposto, o processo de sexualidade e identidade de gênero possui embasamento em traços ditos como masculinos ou femininos de acordo com os discursos médicos, políticos ou judiciários, que buscam estabelecer o certo e errado, anormal e normal. Os malefícios de tais discursos podem ser vistos no casos das pessoas trans. Um exemplo é o caso de Herculine Barbin, que ainda no século XIX, se suicidou após ser legalmente obrigada a trocar de sexo, por ter nascido com “sexo indeterminado” ou seja, com traços corpóreos que causavam dificuldade na determinação de binarismo de gênero (WEEKS, 2000).

O público LGBTQIA+, que comumente rompe com as expectativas sociais, resiste ao performar outras identidades, produzir outros corpos, e forjar diferenças. Conforme Butler (2000, p. 121):

A performatividade não é, assim, um “ato” singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou um conjunto de normas. E na medida em que ela adquire o status de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição. Além disso, esse ato não é primariamente teatral; de fato, sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade permanece dissimulada (e, inversamente, sua teatralidade ganha uma certa inevitabilidade, dada a impossibilidade de uma plena revelação de sua historicidade). De acordo com o relato bíblico performativo, isto é, “que se faça a luz”, parece que é em virtude do poder do sujeito ou de sua vontade que um fenômeno é trazido, à nomeação, à existência.

Partindo desse princípio, na contemporaneidade os movimentos sociais tem buscado ir além da identidade e articular outros marcadores da diferença como o de gênero, corpo, raça, classe, entre outras.

Isto posto, as minorias, ou seja, aqueles que se encontram historicamente marginalizados, ao estarem envolvidos em processos fundamentalmente heterossexuais que homogeneizam o erotismo, a sensualidade, o corpo e a sexualidade, tendem a sofrer os efeitos disto

sobre seus corpos. Os impactos da anulação da subjetividade, partindo das normas regulamentadoras de poder, influenciam diretamente na realidade do público LGBTQIA+, visto que as políticas de hierarquização não somente agem sob as expressões do corpo, mas também sob locais frequentados e vestimentas (FRANCO, 2013).

DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES LÉSBICAS

Para se falar dos direitos das mulheres lésbicas é importante adentrarmos na trajetória que mulheres ingressaram ao lutarem por seus direitos e cidadania no Brasil. Ao pensar em mulheres e suas lutas, o movimento sufragista marcou significativamente a busca pelos direitos e a concentração de mulheres no Brasil. Em 1932, na presidência de Getúlio Vargas, as mulheres ganharam o direito ao voto. Ainda, em 1964, período em que acontecia a ditadura militar e a cena era caracterizada por uma série de repressões, pessoas que eram contra ao regime militar, iam às ruas, protestavam, tudo isso foi um marco de alta censura e uma das maiores histórias de repressão política, ao mesmo tempo, as mulheres fizeram presentes se opondo à ditadura e aproveitaram para questionar sobre os papéis sociais que eram destinados às mulheres (BRASIL, 2013).

Por volta de 1975, o Movimento Feminino pela Anistia no Brasil e a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciam o período como Ano Internacional da Mulher e conseqüentemente reconhecem o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. O Ano Internacional da Mulher por meio de suas comemorações contribuiu para fortalecer os grupos que tinham como intuito refletir sobre questões femininas na organização de mulheres em todo o país. Com toda essa abertura política, a execução de eleições parlamentares e para governadores ocorriam desde o ano de 1964. Na campanha eleitoral de 1982, mulheres candidataram-se para as suas reivindicações. Após as eleições, surgiram os primeiros órgãos de Estado direcio-

nados para as mulheres lutarem contra as diferenças, segregações e violências cometidas contras as mulheres, sendo os Conselhos da Condição Feminina e as Delegacias de Defesa da Mulher (REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE, 2013).

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985, sendo o primeiro órgão de Estado responsável por desenvolver políticas públicas direcionadas às mulheres em âmbito federal, que tem por objetivo acatar solicitações dos diversos deslocamentos e intimidar o governo federal a estabelecer políticas públicas para as mulheres. O CNDM ficou conhecido também por se juntar com a bancada feminina no Congresso Nacional e criar a campanha ‘Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher’, ainda que ficara conhecida como o ‘Lobby do batom’. É possível observar que as lutas de mulheres e feministas conseguiram se ampliar com a ajuda de conferências da ONU, solicitações por políticas públicas e ainda atuam em uniões de políticos, corporações, nas faculdades, empresas não governamentais, estruturas que moldam o Estado, entre outros lugares (BRASIL, 2013).

As mulheres lésbicas estiveram presentes em todo o desenvolvimento histórico das lutas e também juntaram-se para formar grupos que visam a autoestima, denúncia e movimento político. No final da década de 70, houve as primeiras atividades do movimento lésbico no Brasil. Mas é somente na década de 90 que o movimento lésbico alcança destaque e consegue se introduzir em meios políticos, associações e articulações. No Rio de Janeiro de 1996, realizou-se o I Seminário Nacional de Lésbicas (Senale), onde reuniu-se mais de 100 mulheres lésbicas para argumentar sobre direitos, conceitos e políticas. E por meio dessa reunião, o dia 29 de agosto foi definido como o Dia Nacional pela Visibilidade Lésbica (BRASIL, 2013).

O movimento lésbico em 2000, intitula-o como feminista e garante participação em redes e ações coletiva. Em São Paulo, ano de 2003, a 1ª Caminhada de Lésbicas e Bissexuais acontece e desencadeia

movimentos parecidos em outros estados do Brasil. Tal caminhada encorajou mulheres a lutarem pelos seus direitos para com a saúde, a cidadania e a vida. De acordo com o Ministério da Saúde:

Saúde, educação, moradia, segurança, lazer, vestuários, alimentação e transporte são direitos das mulheres lésbicas, assim como de qualquer pessoa em território nacional. Esses direitos estão garantidos na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações; a manifestação do pensamento é livre e ninguém deve ser submetido à tortura nem a tratamentos desumano ou degradante. (BRASIL 2013, p. 15).

Contudo, muito destes direitos são negados por conta do preconceito e da discriminação. A definição de preconceito é considerada de complexa explicação. De acordo com Bandeira e Batista (2002) o preconceito é o ato de julgar, e é tido como algo precoce, quando se trata em apontar algo em alguém ou em uma situação.

Articulada ao preconceito, tem-se a questão da violência de gênero enquanto um problema cultural que envolve a prática da sociedade em apoiar homens a exercerem domínio e poder contra as mulheres. As violências física, sexual e moral não transcorrem separadamente, mas estão relacionadas à violência emocional em um contexto repetidamente. A violência não é colocada como uma adversidade somente do caráter violento, mas que adquire desenvoltura juntamente no seio familiar, sendo implícita sua formação por meio do respectivo pensamento social. A violência de gênero, vista como um acontecimento social, se faz presente nas diversas classes e tipos de cultura (OLIVEIRA, 2010).

É importante citar aqui o primeiro Dossiê sobre lesbocídio no Brasil foi publicado no ano de 2018, nele é possível ver o crescimento da violência contra mulheres lésbicas no Brasil do ano de 2000 a 2017. No documento consta o registro de 180 casos de homicídios de mulheres somente no período de 2000 a 2017. Já entre os anos de 2014 a 2017

há o registro de 126 homicídios de lésbicas. O Dossiê mostra que no ano 2000 foram registrados dois casos, mas que por outro lado, no ano de 2017 os números chegaram a 54. Por volta de 2013, os casos aumentaram consideravelmente, mas a maior taxa disparou de 2016 para 2017, em que os números foram de 30 para 54, o que expressa 80% (CORREIO BRAZILIENSE, 2018).

São Paulo é considerado o estado com 20% de todos os homicídios de lésbicas no Brasil entre 2014 e 2017. Porém é nos interiores dos estados em que há o registro de maiores mortes, sendo 126 ocorrências entre 2014 e 2017. Acerca dos suicídios, de 2014 a 2017, 33 casos foram registrados, mulheres com a faixa etária entre 20 e 24 anos, logo em seguida a faixa de até 19 anos. Somando-se as faixas etárias é possível chegar a 69% dos casos de suicídios de lésbica no Brasil. O Dossiê sobre lesbocídio aponta que pessoas de 20 a 24 anos, representam 34% de todos os homicídios ocorridos entre 2014 e 2017. As lésbicas com idade até 19 anos, carregam 23% dos casos. Lésbicas acima de 50 anos não possuem registros de mortes (INDIO, 2018).

De acordo com Ferreira (2019), em 2018 foram registradas 1.685 denúncias de violência contra LGBTI+ no Brasil. Deste grande número, cerca de 9,7%, 163 dos casos as vítimas eram lésbicas. Dentre as denúncias 70,56% foram por discriminação, em segundo lugar houve o número de 47,96% de violência psicológica, em terceiro lugar a violência física que chega a 27,48% e a violência institucional que chega em 11,51 %.

O ano de 2019 registra 297 mortes de pessoas LGBTI+, a categoria de lésbicas conta com 32 homicídios, o que representa 9,7% (TALENTO, 2020). Em 2020, foram computadas 237 mortes de LGBTI+ vítimas da homotransfobia no Brasil. Número de homicídios equivalem a 224, cerca de 94,5% e suicídios chegam a 13 casos (5,5%). O grupo Gay da Bahia em seus estudos, mostram o número de 10 lésbicas (5%) que foram assassinadas (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS, 2021).

No ano de 2021, sobe para 33.3%, em relação ao ano anterior, a violência contra pessoas LGBTI+. Isso por conta do registro de 316 mortes em 2021 e em 2020, 237 mortes. Foram computados em 3,80% a morte de mulheres lésbicas no Brasil (BOEHM, 2022). Já no primeiro semestre de 2022, o Brasil registrou 135 mortes de pessoas LGBTI+, de acordo com o Grupo Gay da Bahia. Foram registrados de janeiro a junho de 2022, 2 mortes de lésbicas (VINÍCIUS, 2022).

Um fato importante a se observar após terem todos os anos expostos em questão de números, porcentagens, de violência contra os LGBTI+ e em específico as lésbicas, é que diante do aumento no número de registros, por outro lado, os resultados podem ser ainda maiores, isso devido a complicações em coletar informações que são absolutas e concretas. Os números, por mais que sejam grandes, ainda deixam a desejar sobre o que realmente ocorre. Outra subnotificação interessante é a falta de caracterização do crime ao realizar registro nas delegacias. Muito das vezes existe o reconhecimento de um crime que é considerado lesbofobia, porém o agressor pode ainda modificar a história, e por suas vezes ainda conseguem garantir sua inocência, não indo para a cadeia e os casos não são colocados como lesbocídio (CORREIO BRAZILIENSE, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O existir lésbico é árduo, independente de qual área de trabalho ou meio social permeie sua vivência. Ao romper com as imposições familiares, amorosas e qual mais faça parte de sua cultura, rompe-se com o destino tradicional imposto às mulheres: esposa, submissa, mãe e dona de casa. No entanto, qualquer que seja a expressão de singularidade de uma mulher, seja ela heterossexual ou não, ela deveria ter o direitos garantidos e não um destino pré-estabelecido como vemos ao longo dos séculos.

Os corpos pré-concebidos como desviantes surgem então como denúncia ao binarismo de gênero e ao conservadorismo. Quando se pensa nos modelos sexuais que rompem os discursos normativos, maio-

res são as necessidades de se pensar a questão dos direitos humanos bem como o preconceito e as violências de gênero.

Dessa forma, é necessário que se pense as mulheres lésbicas e suas subjetividades partindo da problematização da sexualidade e do gênero enquanto questões eminentemente políticas.

Ainda, é importante salientar que a estigmatização dos corpos é derivada dos processos identitários, na maioria das vezes centrados em modelos heteronormativos. Neste sentido, torna-se necessário, que novos estudos sobre os direitos humanos de mulheres lésbicas também tragam outras discussões questões políticas importantes, tais como os marcadores raciais, econômicos e geográficos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS. 2021. **237 LGBT+ morreram vítimas da homotransfobia no Brasil em 2020, revela relatório. 2021.** Disponível em: <<https://agenciaaids.com.br/noticia/relatorio-de-violencia-contralgbts-mostra-queda-nas-mortes-por-homofobia-em-2020/>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía. **Preconceito e discriminação como expressões de violência.** Revista Estudos Feministas, Brasília, Copyright, 2002.

BRASIL MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Mulheres lésbicas e bissexuais Direitos, Saúde e Participação Social.** Brasília - DF, 2013.

BRAZILIENSE, Correio. **Dossiê mostra crescimento da violência contra mulheres lésbicas no Brasil.** 2018 Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/08/interna-brasil,664837/dossie-mostra-crescimento-da-violencia-contramulheres-lesbicas-no-bra.shtml>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam:** sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, 2000.

CIAMPA, Antonio da Costa. **Identidade.** In: CODO, W; LANE, S.T.M. (Orgs.). Psicologia social: o homem em movimento (pp. 58-75), São Paulo: Brasiliense, 1989.

DELEUZE G, GUATTARI F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** v. 3. São Paulo: Editora 34, 1996.

FERREIRA, Paula. 2019. **Brasil registrou 1.685 denúncias de violência LGBTs em 2018.** 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-registrou-1685-denuncias-de-violencia-contralgbts-em-2018-23769474>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Ética, Política e Sexualidade**: Ditos e escritos. Vol. V, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 2007^a.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2005.

FRANCO, José; GONTIJO, Fabiano. **Memórias do Movimento LGBT**: da Sociedade Matatchine ao Estado do Pará, a conquista de direitos e suas demandas sociais. 2015. Disponível em: <https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Jose%20Luiz%20de%20Moraes%20Franco%20-%201020836%20-%204380%20-%20corrigido.pdf> Acesso em: 13 dez. 2022.

GIL, Carlos, A. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, 6^a edição. São Paulo, Atlas, 2017.

INDIO, Cristina. 2019. **Dossiê mostra o crescimento da violência contra mulheres lésbicas no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-03/dossie-aponta-crescimento-na-violencia-contra-mulheres-lesbicas-no>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

OLIVEIRA, Glaucia Fontes. **Violência de gênero e a lei Maria da Penha**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 06 out. 2010.

REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS. Rede Feminista de Saúde. **Saúde das mulheres lésbicas**: promoção da equidade e da integralidade. Florianópolis, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Vol.20(2), julho/dezembro 1995.

SOUZA, ÉRICA. **Interseções entre homossexualidade, família e violência**: relações entre lésbicas na região de Campinas (SP). Sociedade e Cultura, 15(2), 297-308. 2012.

SUASSUNA, LÍVIA. **Pesquisa qualitativa em educação e linguagem**: histórico e validação do paradigma indiciário. Perspectiva, [S. L.], v. 26, n. 1, p. 341–377, 2009. DOI: 10.5007/2175-795x.2008v26n1p341. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795x.2008v26n1p341>. Acesso em: 14 dez. 2022.

SWAIN, TÂNIA. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

TALENTO, Aguirre. **Relatório registra homicídios de 297 pessoas LGBTs no Brasil em 2019**. O Globo Brasil, 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/relatorio-registra-homicidios-de-297-pessoas-lgbts-no-brasil-em-2019-24389285>> Acesso em: 13 dez. 2022.

VINÍCIUS, Caio. 2022. **Brasil teve 135 mortes de pessoas LGBTI em 2022, diz pesquisa**. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-teve-135-mortes-de-pessoas-lgbti-em-2022-diz-pesquisa/>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

WEEKS, J. **O corpo e a sexualidade**. In: O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ANCESTRALIDADE FEMININA BRASIL – ÁFRICA – RELAÇÕES, DORES E RESISTÊNCIA

Cibelle Cardoso Messias⁸

Joice Silva Gois⁹

Janaína Rute da Silva Caetano Dourado¹⁰

*“Sou uma jovem mulher que quer conquistar o mundo.
Sou uma jovem mulher que acredita que pode contribuir
com seu continente, seu país, sua comunidade e sua família.”*

Sombo, Zâmbia

(GELEDES, 2014, p. 2)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo resgatar a ancestralidade partilhada pelas mulheres de múltiplas Áfricas tanto no passado matriarcal quanto no Brasil escravizado, preconceituoso e que perdura sua luta por representatividade que restituiu as sociedades afros descendentes de diferentes partes do mundo.

A temática se define no Brasil, porém a problemática nasce na Formação Colonial portuguesa exploratória que engendrou uma história de escravização de homens e mulheres.

Uma abordagem histórica que transcenda as fronteiras culturais, religiosas, temporais e sociais da mulher negra brasileira em sua natureza ancestral torna-se um desafio no sentido de sua diversidade.

A História contada pelo ocidente nos faz dominar uma pequena parcela da cultura africana e há uma tendência errônea a procurar uma

⁸ Especialista em História e Cultura Afro Brasileira (IPEMIG-MG). Coordenadora Pedagógica e docente no Centro Paula Souza (CPS).

⁹ Mestranda em Educação. Pedagoga e Docente no Centro Paula Souza (CPS).

¹⁰ Pós-Doutoranda. Doutora em Administração e Sustentabilidade (PUC-SP). Coordenadora, docente e pesquisadora no Centro Paula Souza (CPS).

única descendente mulher africana com características comuns, porém este trabalho apresenta a diversidade, encontramos nessa mulher várias brasileiras recheadas de tradições, crenças, valores, costumes e saberes diferentes.

O elo de encontro entre essa ancestralidade comum entre as mulheres africanas são os tempos pré-históricos, em um paleolítico que assistia a mulher como um ser mágico e a partir daí os processos históricos as levaram a vários caminhos diferentes.

É importante reafirmar que as desigualdades sociais brasileiras, se configuram no padrão de gênero e raça conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada direcionada ao retrato das desigualdades de gênero e raça, o estudo publicado em 2011, através da ONU Mulher aponta que 500 mil famílias são chefiadas por mulheres, mesmo que formadas por casais com filhos. Essas mulheres ocupam representatividade e exercem a matrifocalidade, mesmo que inseridas em uma sociedade patriarcal, ou seja, a matrifocalidade é um conceito que eleva a mãe, a categoria de chefe de família, com grande influência, diferentemente da sociedade patriarcal, o desenrolar da matrifocalidade se dá dentro da sociedade patriarcal.

Por fim apresentaremos uma síntese das permanências estruturais da ancestralidade feminina africana no Brasil, utilizando-se de exemplos e relatos de pessoas comuns, mulheres que se declaram afrodescendentes, tentando resgatar os resquícios desse elo e definindo uma verdadeira ancestralidade feminina africana.

A IMPORTÂNCIA DA ANCESTRALIDADE

Em muitas sociedades africanas a veneração ancestral é um dos princípios centrais e tradicionais nos cultos contemporâneos. É enraizado no dinamismo e vitalismo, compreendido de uma maneira existencial, concreta e afetiva e de aproximação. A realidade é vista e julgada especialmente em seus aspectos dinâmicos relacionados próximos à vida, o mais real e valioso concedido para cada ser. Dando a ênfase a fecundidade, a vida.

A importância da mulher como genitora da vida, atrelado a força, a alma, e a palavra são conectadas. A mulher estabelece a relação do princípio da vida, e nela que está e se realiza, os processos de dor e resistência.

O africano representa não somente em sua mente o objeto de seu conhecimento, mas participa nele em uma forma representativa, mas simultaneamente no sentido físico e místico do mundo, como pode ser observado especialmente nos rituais.

O poder da tradição é conectado com a duração cíclica, repetição ritual, gerontocracia (governo por homens ou mulheres velhos), nos cultos pelos antepassados.

Está sempre conectado muito próximo com a família e a comunidade e com um grande respeito mostrado ao chefe da família e de outros membros de autoridades em comum. Em muitos casos todos os membros de um clã têm relacionamento místico em especial a um totem em comum, com que o nome do clã está associado.

Há um sentimento marcado pelo sagrado, segundo Emile Durkheim uma manifestação de fenômenos religiosos, que nos aproximam das doutrinas que repercutem uma construção moral em torno dos agentes sociais durante sua existência.

O mundo é conectado com a morte, e vive sempre em contato próximo com seus antepassados e outros espíritos. A veneração ancestral está ligada intimamente na maioria com a África tradicional. Compreendido como o poder sagrado, entendido com um elemento central. Este ideal é uma das motivações básicas do culto ancestral. Isso porque em muitas sociedades africanas o status ancestral é ligado intimamente com a fecundidade e procriação. Em algumas comunidades, uma pessoa sem prole não pode transformar-se um antepassado.

Há mesmo os casos que se acredita que nomear um descendente pelo nome de seu antepassado é possível que o antepassado continue a viver em seu descendente. A opinião é difundida, que o antepassado continuará a sobreviver e nessa circunstância que não será esquecido, isto é, seus descendentes se comunicarão regularmente com ele e

oferecerão rituais. Bem por isso, o africano costuma ter muitos filhos que o recordarão e se comunicarão ritualmente com ele.

Um antepassado, por sua parte dá grandes benefícios para seus parentes vivos tais como: a saúde, a vida longa, sorte, prosperidade e bons filhos.

Ninguém pode ser um antepassado de um indivíduo que não lhe seja relacionado ao familiar – sanguíneo. É por esta razão que os rituais para os mortos sem nenhuma referência particular sanguínea, são considerados geralmente como não pertencendo ao culto ancestral.

É óbvio que o africano manifesta uma forte da tendência dialética em sua atitude para seus antepassados, a saber: de medo, mas também com uma atração para com eles. Como pode ser visto na descrição acima há umas várias razões de tal atitude ambivalente. Entre tais razões, o sentido do sagrado dos antepassados deve também ser incluído.

A MULHER PRÉ-HISTÓRICA

O estudo da pré-história de nossos ancestrais que trata de uma imensa complexidade pela falta de documentos e vestígios, porém com o decorrer dos tempos novas pesquisas são nos apresentadas na busca desse passado tão remoto. Não podemos desconsiderar a teoria que defende que todos os seres humanos provêm de um antepassado africano com mais de 100 mil anos, a discussão fica enriquecida com a teoria da Eva Negra que enunciada no fim dos anos 1980, pela equipe de Allan Wilson e Mark Stoneking apresenta a antepassada comum de todos os seres humanos e explica a distribuição de seres humanos dentro do planeta, esta discussão é reforçada pela diversidade genética humana na África Oriental.

Os fósseis, desenhos e esculturas encontrados foram estudados e permitiram o conhecimento da evolução da espécie humana e assim aceita-se que foi no continente africano que origina-se os primeiros seres dotados de inteligência. E é desta inteligência refinada que a mulher primitiva africana nos é apresentada através das mãos dos artistas pré históricos.

Segundo Ernest Gombrich a representação da mulher é uma das primeiras manifestações dos artistas da história, são estatuetas conhecidas normalmente sob o nome de vênus pré históricas, mas lhe atribuem características divinas. Seu olhar referencia a importância das mulheres pré-históricas. A representação da “Venus” pré histórica apresenta a corpulência, um elevado estatuto social numa sociedade caçador-coletora e que, além da óbvia referência à fertilidade, a imagem podia ser também um símbolo de segurança, de sucesso e de bem-estar, aceitando que tiveram um certo caráter místico o que levaria ao reconhecimento da superioridade feminina, ou pelo menos uma relação de dependência que leva a divindade.

Os artistas pré-históricos comumente representavam a mulher com um suntuoso exagero nas formas, dando destaque ou deformando certas partes do corpo feminino, este exagero associa-se com a fecundidade e os rituais ligados a nova prole e a abundância dos produtos de coleta ou ainda da caça, necessárias a sobrevivência desses grupos nômades.

Um ser sagrado enredado dos segredos da vida nos é apresentado naturalizado em pinturas e esculturas e nos mostra que a mulher paleolítica era tão importante quanto o homem, cabe lembrar que ambos desempenhavam o papel de coletar alimentos.

Paleoantropólogos afirmam que as primeiríssimas sociedades humanas eram matriarcais, pois as mulheres tinham mais facilidade em localizar os alimentos. Essa habilidade era muito útil na época. Assim, como a mulher é quem trazia alimento, ela que mandava.

Depois os homens começaram a caçar e aí surgiu a sociedade patriarcal. A caça e a agricultura são atividades em que a força física é mais importante. Por causa disso as sociedades patriarcais se espalharam.

Com o controle agrícola há uma valorização da semente, a criança, a prole recebe o status de ser mais importante e dessa forma a mulher recebe o compromisso de educá-la, tornando-se a mantenedora de toda a espécie.

Karl Marx com a concepção materialista afirma que, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de subsistência, de produtos alimentícios, roupa, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; do outro lado, a produção do próprio homem, a continuação da espécie.

Assim a importância da família, junto com o desenvolvimento do trabalho restabelece a dinâmica da ordem social, e desta forma o estabelecimento da sociedade patriarcal.

A MATRIFOCALIDADE AFRO

O sistema social do patriarcado, o domínio familiar masculino e o decorrente controle e discriminação econômica do sexo feminino têm vindo a dominar as sociedades desde a Antiguidade até aos nossos dias, assumindo diferentes formas e expressões. Apesar das exceções a este protagonismo social e econômico do homem com posições dominantes assumidas por parte das mulheres na sociedade, estas nunca assumiram formas puras de matriarcado, se entendermos o matriarcado como o oposto de patriarcado, ou seja, o inerente domínio feminino e subjugação econômica do masculino.

Nos cadernos de Antropologia de Meyer Fortes, verificamos a estrutura de grande parte das famílias afro-americanas, uma exceção ao patriarcado assumindo uma forma não matriarcal, mas matrifocal, ou seja, a concentração na mulher no controle e na autoridade das famílias que são baseadas na consanguinidade. Este fenômeno existe desde a época da escravidão, dado que as mulheres foram forçadas a assumir a liderança da família, tanto em termos econômicos como de autoridade, devida à ausência permanente ou temporária dos homens.

A sociedade norte-americana não é a única a possuir este tipo de estrutura dado que certos países africanos com antecedentes de escravidão e forte incidência de imigração apresentam as mesmas

características de matrifocalidade, assim como certos grupos étnicos da Indonésia, na Nigéria em que a matrifocalidade é tradicional e cultural.

As famílias afro-americanas distinguem-se também pelo tipo de parentesco. À célula mãe-filho juntam-se os irmãos da mãe e um grupo de parentes consanguíneos que chega a atingir três gerações, constituindo uma família alargada que funciona como uma comunidade cooperativa em que todos, homens, mulheres e crianças, contribuem para a sobrevivência da família sujeita normalmente a grandes dificuldades econômicas.

Ainda em Fortes, o papel matrifocal da mulher não é só resultado de circunstâncias sociais e econômicas. Essa centralização da família na mulher é estrutural e cultural dado que é ela que tradicionalmente transmite os valores culturais, funcionando como uma espécie de “âncora” ou “raiz”, uma marca de sua ancestralidade. As mulheres afro-americanas são educadas para assumirem um papel ativo e de poder na sociedade e de socialmente interagirem independentemente dos homens. Na família afro-americana os laços consanguíneos entre mãe, filhos e irmãos são mais permanentes do que os laços decorrentes de relações conjugais.

Segundo Raul Fernandes, as pessoas confundem o matriarcado e a matrilinearidade; que são duas coisas distintas. O que acontece em algumas sociedades é que as filhas, mesmo depois de casadas, permanecem próximas das mães porque quem atribui estatuto de família é a mãe pela linha uterina (matrilinearidade). Esta ligação é mais forte entre a mãe e a filha visto que, diferentemente do que acontece na patrilinearidade – onde as mulheres a partir do momento em que se casam saem do seu círculo familiar original e passam a ser membros da família do marido, sujeitas às regras da casa do marido –, a filha não se distancia muito da sua mãe.

VOZES ANCESTRAIS NA MODERNIDADE

No ocidente moderno a mulher deixará de ser conhecida por sua terra natal, pelo seu clã, pelo nome de seu povo, historicamente passaram todas a serem chamadas de negras.

A mulher ancestral conhecida por sua lealdade, cuidado com os filhos, respeito e, sobretudo, pelos mais velhos, perduram na sociedade contemporânea, como por exemplo, a etnia Bijagó um grupo de referência na Guiné-Bissau – país que abriga em seu pequeno espaço geográfico cerca de 30 grupos étnicos. Esta etnia dá nome ao conjunto de 80 ilhas que formam o Arquipélago dos Bijagós. Único arquipélago deltaico da costa oeste africana, classificado em 1996 pela UNESCO como Reserva da Biosfera, os Bijagós representam setenta por cento da população que ali habita e o modo de vida que eles desenvolvem em harmonia com a natureza explica o seu estado de conservação.

Utiron (2005) em seu trabalho intitulado *Inter-relações entre linguagem, cognição e cultura: Os acordos interpessoais em bijagó* relata que a origem do termo *bijagó* seria na verdade uma corruptela do termo original *aujôco* que quer dizer indivíduo ou pessoa, em oposição aos animais irracionais. E que os prováveis suspeitos de promover essa incorreção teriam sido os portugueses, visto que todos os outros grupos sociais guineenses denominam os Bijagós de *unsongron*, vocábulo que faz referência à ideia dos traços identitários do grupo: indivíduos de grande porte, robustos, gigantes, valentes.

A sociedade Bijagó é estruturada em faixas etárias, desde tenra idade as pessoas são divididas como tal. Para cada grupo etário existe uma denominação – diferente para homens e mulheres – e cada um se caracteriza por uma indumentária, músicas e danças definidas, sem contar com o trabalho produtivo inerente a este grupo. Existe também uma relação de respeito e obediência total àqueles que lhe são superiores, ou seja, os mais velhos.

As mulheres mantiveram entre si certas formas de transmissão do saber e de organização da sociedade muito ligadas à idade, mas também às formas de cerimônias e ao religioso. E isso dá uma certa coesão ao grupo das mulheres que conseguem ganhar uma autonomia cerimonial e religiosa, e faz com que elas possam estar presentes nas suas relações com as entidades e outras formas de poder masculino numa situação de poder discutir direitos face-a-face. (Raul Fernandes, Bijagó)

Nos Bijagós, o religioso é exercido tanto por homens como por mulheres e estas não precisam da intervenção dos homens para poder entrar em contato com o sobrenatural. Não é como certas religiões em que a mulher não pode entrar na igreja ou então estão completamente cobertas ou são colocadas em papéis secundários.

Na sociedade Bijagó, a mulher tem poder para decidir como é que se faz a cerimônia, quais os rituais, para que fins, em que momento e é seguida por um grupo de mulheres que, durante um certo tempo, não se dedicam ao trabalho produtivo ao qual estão tradicionalmente destinadas para si próprias. Entre si discutem o que acharem conveniente, dentro de determinadas regras sociais que são postas aos Bijagós, mas só entre si; e isso por vezes pode levar meses. O tempo, só elas é que decidem.

Assim, é importante citarmos o rito de iniciação feminina chamado de cerimônia de *Dufuntu* (*Orbok*, em bijagó). As jovens entre os 17 e os 25 anos recebem a reencarnação da alma de uma pessoa que já faleceu e esta transformação simbólica das mulheres em homens é mencionada, pelo sócio-antropólogo, como uma forma de apropriação do poder dos homens e da sua utilização para um maior equilíbrio entre os poderes masculino e feminino. Ainda durante esta cerimônia, as jovens recebem ensinamentos para a vida futura que lhes são transmitidos pelas mulheres grandes da tabanca; não se pratica excisão.

Se a lealdade, gentileza, honestidade e o respeito pelo outro, tão próprios do povo Bijagó, tem a ver com a forma como esse povo se organiza, dando uma posição de destaque às mulheres, o que talvez não seja possível de provar, mas é um fator incontestável. Quem conhece os Bijagós não deixa de se apaixonar, pelo povo e pelo lugar em que ele se estabeleceu. Visitá-los é comprar passaporte para lá voltar. Não há como não se orgulhar do povo e, principalmente, das mulheres Bijagós.

No Brasil, a matrifocalidade é ainda um dos elementos mais fortes que contribui para constituição imaginária da sociedade baiana, atingido, principalmente, as mulheres. O sistema matrifocal termina por ditar, no nível inconsciente, a maneira como vai se originar a

experiência cotidiana das mulheres baianas e como vão se estabelecer as relações sociais. Por razões históricas, sociais, econômicas, políticas, a matrifocalidade tem o papel chave na compreensão de como estão organizadas as famílias negras e, também, na estruturação do imaginário feminino negro. As mulheres negras têm, portanto, papel fundamental na manutenção do sistema matrifocal imprimindo a essas marcas muito atreladas à sua experiência histórica.

O Movimento de Mulheres Negras é pensado como espaço propício para que as mulheres negras possam tratar suas singularidades e, portanto, iniciar o processo de conscientização como o objetivo de propiciar emancipação dos grupos negros, colocando em questionamento a opressão da raça, gênero e classe. Entretanto o Movimento também envereda pela universalização, motivo pelo qual haviam deixado os Movimentos Negros e Feministas. Além disso, envolvidas também pela ideologia matrifocal, levam para sua práxis política os mesmos comportamentos que acabam se transformando em pontos cruciais para o alcance de seus objetivos e para a própria constituição imaginária das mulheres negras.

+SOBRE AS INDUMENTÁRIAS AFRICANAS

O continente africano possui uma grande variedade de línguas, costumes e trajes. São marcas da identidade de cada grupo. As mulheres africanas costumam usar trajes, pinturas corporais, tecidos e adornos, conforme as identidades de seus devidos grupos.

Geralmente as pinturas são usadas em cerimônias, para enfeitar o corpo ou para exibir o estilo de sua tribo, todas as pinturas têm um significado diferente. A vestimenta africana tradicional é o traje usado pelos povos nativos do continente, por vezes substituída por roupas ocidentais introduzidas pelos colonizadores europeus.

Ao nordeste da África, particularmente no Egito, a vestimenta foi influenciada pela cultura do Oriente Médio, como a Gellabiya presente nos países do Golfo. Contra-

riamente a noroeste onde a influência externa foi menor, as roupas preservam as suas características próprias. A Jellaba ou Gellabiya têm características semelhantes ao BouBou (pronúncia: bubu) e o Dashiki, embora menos estilizado do que esse. No Sahel esses trajes são bastante usados, porém não são os únicos. (FAECPR, 2022, p. 1)

No Mali, por exemplo, usa-se o Bògòlanfini. O Dashiki é bastante ornamentado e guarnecido por uma gola em V. O Boubou é mais simples, mais ainda que o Jellaba, apesar das cores e padrões alcançar grande beleza, especialmente entre os Tuaregues, conhecidos pela tintura com índigo. A influência ocidental chega através de roupas usadas revendidas no mercado africano. Essas “roupas de branco usadas” conhecidas por mitumba, são bastante comuns em algumas partes do continente.

Há muita polêmica entorno delas. Os críticos consideram uma ameaça às manufaturas locais e queixam-se da exploração dos consumidores. Outros argumentam que essas roupas competem por preço baixando a qualidade dos produtos locais. O fato é que estão disponíveis nas feiras e mercados, mesmo nos países que tentaram bani-las, o que aponta para o apetite por esse gênero mitumba. Porém prevalece o uso de roupa larga e clara, para adaptar-se ao clima quente, em qualquer tipo de roupa.

A vestimenta das mulheres africanas baseia-se, em grande parte, em panos ou cangas que enrolam no corpo como vestidos, cangas, capulanas, entre outros; são belos tecidos cuja padronagem e acabamentos são reconhecidos mundialmente.

Os africanos, mais do que ninguém, falam através de seus panos. As africanas veem uma roupa Gucci ou Dior, copiam o modelo e dizem para o costureiro: quero um igual a este. Com uma vantagem: elas adaptam a roupa ao próprio gosto.

O que importa não é se é Gucci ou Dior, e sim se o tecido é bom, se a roupa é bem-feita. Pois é: na África, o hábito de comprar

um tecido e levá-lo para os profissionais que o cortam e costuram ao seu modo ainda é preservado, assim como foi comum em um Brasil não muito distante. Todos encomendam roupas, dos mais ricos aos mais pobres, informando que, entre os últimos, também é bastante comum à compra de roupas de segunda mão.

A prática de mandar fazer vestidos, saias e blusas é tão comum que, nas feiras-livres, veem-se homens e mulheres com máquinas de costura sentados no chão à espera de clientes que chegam com croqui na mão.

Eles também têm catálogos com desenhos que são propostos pelas africanas, estas, como em outros países, bem mais propensas à moda do vestir do que eles.

O CONHECIMENTO ESTRUTURADO NA LITERATURA

Podemos observar num dos contos do nosso saudoso Machado de Assis (2020), um ícone para a literatura mundial, chama-se Pai Contra Mãe, primeiro conto de um livro chamado Relíquia de Casa Velha – 1906, nós podemos observar que desde o nome dos personagens já encontramos uma forte tendência de denúncia velada a escravidão, ao racismo, observamos os personagens logo no início, Candido Neves e Clara que posteriormente será sua esposa, de cara já encontramos personagens principais que em seus nomes temos a revelação de pessoas brancas, que no decorrer suas ações e falas denotam sua classe social, Machado brinca ironicamente com o leitor, provocando para uma leitura sem muito entendimento de início, porém, lá na frente é que vamos entender que ele está dando pistas de início, como podemos ler no trecho ...”levou consigo ofícios e aparelhos...um deles era o ferro no pescoço, outro o ferro no pé, havia também a máscara de folha-de-flandes”... Machado escreve de forma irônica o que para um leitor iniciante é só uma descrição, porém, ao longo do conto percebemos a ironia quando ele diz que esses “aparelhos” serviam para livrar os escravos do vício, de beber, furtar e que por mais absurdo

que nos pareça e é, esses aparelhos tornariam esses escravos menos pecadores, chega ser uma afronta essa leitura, mas quem disse que Machado não tinha essa intenção? Para quem conhece sua biografia, estamos diante de um autor realista, que faz uso da ironia como recurso para que a sociedade possa refletir sobre seus atos, as consequências das decisões, e assim seguimos.

Em outro trecho, podemos observar o autor, criando uma justificativa para os atos da sociedade, por exemplo “(...) o ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões”, ...uma coleira grossa fechada atrás era menos castigo que o sinal”(...) essas marcas demonstravam onde quer que eles estivessem seriam reconhecidos por marcas em seus corpos, a sociedade então ao olhar reconheceria que estavam fugindo e assim, denunciavam para que fossem recapturados, uma das falas mais marcantes, podemos citar ...”dinheiro também dói”... ao referir-se que os castigos dos brancos não poderiam ser tão fortes uma vez que não poderia danificar uma peça, um bem tão caro, quando pensamos na época em que foi escrito, imaginamos o autor numa tentativa de denunciar as ações dos brancos, para com os negros, e ainda se dizia a lei a favor deles, quando os negros fugiam eram denunciados em cartazes, brancos saíam a sua captura com relatos e descrições que denotavam anos de castigos e maus tratos e não tardava eram capturados.

Trazendo um pouco das ações e falas dos personagens brancos, temos a tia Mônica, que via na sobrinha muita ingenuidade por querer ter um filho sem que o marido tivesse um trabalho fixo, duradouro, Candido Neves um branco que não gostava de trabalhar e não parava em trabalho algum, vivia de pequenos trabalhos o que não podia garantir a sua esposa, sobrinha da tia Monica uma estabilidade para lhe ofertar uma estabilidade, assim, a tia vivia tentando conscientizá-los de que poderiam esperar para ter um filho, Clara sua esposa trabalhava com a tia na costura, e por sua vez levavam uma vida mais leve, sem tantas preocupações, tanto que achavam que tia Monica estava exagerando, Clara sempre dizia ...”nossa senhora nos dará o que comer tia”...podemos observar a fé da sobrinha,

e até uma certa ingenuidade, a tia por sua vez não perdia oportunidade para conversar com Candido a fim de que ele arrumasse um emprego melhor e duradouro. Mônica a tia, criou sua sobrinha desde a sua infância, ensinando atitudes e comportamentos, que as mulheres deveriam ter para que conseguissem um marido e assim, uma vida decente, dentro dos padrões da época. Ainda na personagem Mônica, percebemos a retratação da sociedade patriarcal especialmente no trecho ...”Tia Mônica devia ter-lhes feito advertência ou ameaça ele lhes foi pedia a mão da moça, mas também ela era amiga de patuscadas, e o casamento seria uma festa, como foi... Evidenciado que quem tomava as decisões da família era ela.

A obra *Pai Contra Mãe* escrita por Machado de Assis, evidencia uma temática para um contexto pré e pós derogativo da escravatura. Contextualizando para a hodiernidade social, podemos observar que as mulheres seguem numa luta constante contra a vulnerabilidade e o machismo, partindo dessa premissa, observamos na obra um trecho que expressa uma problemática a vida de uma mãe solteira, ...”você é quem tem culpa, quem manda fazer filhos e fugir depois?” assim, demonstrando a matrifocalidade dentro do conto. A partir deste ponto, é notável que a visão da mulher é retratada por uma construção socio-cultural obtida através de costumes e vivências dos nossos antepassados, por fim, e tão impactante temos o trecho de Arminda escrava fugitiva, que meio a tanta violência, brutalidade e maldade, ainda teve forças para fugir com seu filho no ventre, mostrando mais uma vez a força da mulher que por natureza, extinto protege seus filhos.

Assim, neste conto notamos após sua leitura, o quanto o preconceito está na sociedade desde seus primórdios, os escravos eram encarados como animais, objetos, sem sentimentos, vida, valores humanos. Eram tratados como animais de caça, que se ganha uma recompensa por capturá-lo. Há questão sem si é que esses pretos capturados não haviam cometido nenhum crime, e se assim ainda quiserem justificar o injustiçado, deve ser dito que seu crime foi nascer preto, justificado neste conto no trecho ...”quem perdera um escravo por fuga daria algum dinheiro a quem o

levasse...” Punha anúncios nas folhas públicas, com sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, nos bairros por onde ele andaria e a quantia de gratificação. Ainda quando capturado seu “dono” deixa claro, daria um castigo leve “...não podemos ter mais prejuízos...não se bate em dinheiro...”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento da implementação na escola brasileira de leis que obrigam o estudo de história da África não haveria melhor temática a tratar: Ancestralidade feminina africana.

Pode-se concluir que as mulheres negras em diáspora reinventam várias Áfricas e mostram que a ancestralidade feminina se faz presentes nas mulheres da sociedade atual que tem tomado consciência de sua tarefa no mundo social político em que está inserida, mesmo que devido as suas condições de fraquezas adquiridas ao longo da história, se sobressaí. Já não se pode pensar numa mulher submissa, contudo ela deve compreender sua função social e partir para uma igualdade de participação, tanto no contexto social, como no econômico, tendo em vista que sua atuação de igualdade cada vez mais se concretiza.

Quanto as Áfricas são alinhadas ao Brasil numa enorme comunidade não só marcada pelo grau de melanina na pele, mas por uma ancestralidade presente que remonta por vezes a mãe, por hora a mulher. As mulheres se unem por suas vestimentas, por sua vitalidade e pelas marcas, rica indumentária.

A ancestralidade Brasil e África gera elo de discurso, de divulgação do conhecimento, de propagação histórica, releituras e por todo o conhecimento de sua ancestralidade. A marca em ambientes acadêmicos, estudo e representatividade geram garantias de resistência. Neste processo é possível observar a preocupação e o alinhamento com o processo de aquilombamento que os povos americanos, africanos, brasileiros possuem, como uma tecnologia de força e acesso aos ambientes que os ainda hoje são impossibilitados de participar. A mulher brasileira na busca de sua ancestralidade africana ainda esperança transformações.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- ASSIS, Machado. Relíquias da Casa Velha. São Paulo: Garnier, 2020.
- BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África Negra. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- CASHMORE, Ellis. Dicionário de relações étnicas e raciais. São Paulo: Selo negro, 2000.
- DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FORTES, Meyer. O ciclo do desenvolvimento do Grupo Doméstico, Cadernos de Antropologia nº6 Editora Universidade de Brasília, 1974.
- GELEDES. I. 10 frases inspiradoras de jovens líderes africanos. São Paulo: Geledes. 2014.
- GOMBRICH, Ernest. A História da Arte. Rio de Janeiro. Editora LTC, 2000.
- LEITE, Fabio. A questão ancestral. África Negra. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2008.
- LOPES, Nei. Enciclopédia Brasileira da Diáspora africana. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- FAECPR. AFROBRASILEIRO, Traje. Traje Africano - Indumentária Tradicional Africana Disponível em https://www.faecpr.edu.br/site/porta_afro_brasileira/2_VI.php Acesso em: 29 nov.2022.
- MACEDO, Carmem Cinira. A Reprodução da Desigualdade, São Paulo: Hueltec. 1979.
- REGINALDO, Lucilene. Os Rosários dos Angolas. São Paulo: Alameda, 2011.
- NEVES, Delma Pessanha. A Matrifocalidade e a Reprodução Social. Relatório de pesquisa MACEDO, Carmem Cinira. A Reprodução da Desigualdade, São Paulo: Hueltec. 1979. Apresentado a Secretaria de Saúde e Promoção Social da Prefeitura Municipal de Niterói. Mimeo, 1980.
- NOVAES, Regina Célia, Reprodução Social e Escolha de Residência reflexões preliminares sobre a preferência. A matrilocalidade para um grupo de trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco, Mim. 1978.
- UTIRON, João José. Inter-relações entre linguagem, cognição e cultura. São Paulo. Cia das Letras, 2005.
- A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <http://www.bibvirt.futuro.usp.br> A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo Permitido o uso apenas para fins educacionais.
- RETRATO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – 4ª Edição - Brasília: IPEA, 2009.

OS OLHARES DE DUAS MULHERES PARA SUAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Haneliza Santos Gomes Cunha¹¹
Leila Sanches de Almeida¹²

INTRODUÇÃO

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde, OMS (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020a) declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) devido ao surto de COVID-19. Sua caracterização como uma pandemia foi feita pela OMS em 11 de março de 2020 (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2022). O anúncio impôs um modo de vida até então inimaginado e as consequências da pandemia foram, e até hoje são, devastadoras.

Na esfera da Saúde Mental, o súbito mal-estar instaurado mundialmente desencadeou estudos que sugeriam estratégias para o enfrentamento da pandemia. Vasconcelos *et al.* (2020) destacaram a importância da psicoterapia, do uso consciente da internet, da prática de exercícios físicos e de atividades artísticas. Ressaltaram que a inclusão de uma atividade artística no cotidiano, para a promoção de saúde, é um princípio integrante dos fundamentos da Arteterapia e recomendação da OMS (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020b) e estudiosos da área da saúde em geral.

De fato, durante os últimos anos, houve um aumento do número de pesquisas sobre os efeitos da prática de atividades artísticas na saúde e bem estar. Uma revisão de mais de 900 publicações que versavam

¹¹Graduação em Psicologia (UFRJ). CV: <http://lattes.cnpq.br/5239889471784429>

¹²Doutora em Ciências Médicas (USP). Professora Titular (UFRJ).

CV: <http://lattes.cnpq.br/2973587006503878>

sobre essa relação feita por Fancourt e Finn (2019) mostrou, entre outros benefícios alcançados, a redução de estresse e ansiedade, além de impactos positivos na auto estima, autovalorização e autoconfiança. O engajamento em uma prática artística beneficia a saúde em geral e favorece atitudes e comportamentos de enfrentamento durante o contexto da pandemia (MEDEIROS et al., 2020).

Diante de um período e contexto de mudanças extremas, angústias e perdas diversas, torna-se importante observar essa relação mais de perto. É o que este capítulo propõe: se aproximar dos sentidos construídos por duas mulheres sobre suas atividades artísticas no segundo ano da pandemia de COVID-19.

A SUBJETIVIDADE HUMANA É CONSTITUÍDA NA RELAÇÃO SOCIAL

De acordo com a perspectiva da Rede de Significações (Red-Sig) de Rossetti-Ferreira et al. (2004), a relação do sujeito com o outro é pautada por um processo semiótico, dinâmico, de significações, de produção de significados e sentidos, isto é, de construção de conhecimentos sobre si e o mundo. A linguagem é a ferramenta comunicativa, verbal ou não, privilegiada para a realização desse processo. Portanto, as relações interpessoais têm um papel central no processo de desenvolvimento ao longo de toda a vida, seja na construção identitária ou nos modos de relação com o mundo.

Spink e Medrado (2013) acrescentam que o sentido é uma construção social de caráter coletivo, já que as interações sociais são situadas cultural e historicamente. É o compartilhamento, nos diversos contextos, de significados comuns, partilhados, que torna possível lidar com situações e fenômenos ao nosso redor. Na RedSig, estes significados são denominados de sócio-históricos e participam do processo de constituição de sentidos ao mundo, ao outro e a si próprio (ROSSETTI-FERREIRA et al. 2004).

É importante destacar que as relações sociais são dialógicas e, por isso, um espaço que possibilita trocas comunicativas e negociações, através da linguagem. (ALMEIDA, 2007). Graças à linguagem é possível a apreensão e materialização das significações:

À medida que o homem utiliza e se apropria das diversas linguagens existentes (gestual, oral, escrita, etc.), passa a ter acesso a um vasto conjunto de significados historicamente produzidos, que integram a sua cognição. Contudo, enquanto um ser ativo, ao se apropriar dessas linguagens, desses significados presentes em uma determinada cultura, ressignifica-os, conferindo-lhes um outro sentido (individual) que coexiste com o significado sócio-histórico. (ALMEIDA, 2007, p. 415)

Como, para Spink e Medrado (2013), a linguagem é uma prática social, porque o sujeito não existe isoladamente, eles ressaltam, de acordo com Bakhtin, que os sentidos se constroem quando duas vezes se confrontam, a voz do ouvinte e a do falante, mesmo que distante espacial ou temporalmente: “...o pensamento é dialógico: nele habitam falantes e ouvintes que se interanimam mutuamente e orientam a produção de sentidos e enunciados.” (SPINK; MEDRADO, 2013, p. 6).

Portanto, a pessoa pode trazer à dialogia outras vezes ao produzir sentidos. A dialogia não se encerra ou se esgota no diálogo, apesar da fala obter maior atenção quando se trata do processo de significações (SPINK; MEDRADO, 2013).

Assim também ocorre com a linguagem da arte. Ela se origina das relações sociais, bem como proporciona a afetação dos sujeitos por representar a cultura e vir em formas abertas de interpretação, possibilitando assim a atribuição de significados e produção de sentidos (SOUZA; DUGNANI; REIS, 2018). A partir disso, pode-se inferir que os valores associados ao que é artístico estão contidos em um conjunto de significados histórica e culturalmente produzidos, integrantes da matriz sócio-histórica do sujeito.

Para conhecermos os sentidos construídos por duas mulheres sobre suas atividades artísticas, entrevistamos Carol e Rute.

Carol e Rute foram os nomes fictícios que atribuímos às participantes do estudo de casos (MARKOVÁ *et al.*, 2020) que desenvolvemos, a seguir abordado. Elas têm, respectivamente, 25 e 61 anos de idade, nível superior e foram selecionadas através da Técnica em Cadeias ou Bola-de-Neve (BIERNACKI; WALDORF, 1981). Carol trabalha em sua área de formação e iniciou a prática de pole dance em outubro de 2020. Rute encontra-se aposentada há cerca de um ano, eventualmente faz pequenas consultorias na sua área e, há 20 anos, paralelamente faz mosaicos.

Para participarem do estudo, Carol e Rute assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Devido ao contexto da pandemia da COVID-19, seguimos as recomendações de isolamento social e optamos pela realização de uma entrevista online, fechada. As questões elaboradas objetivavam conhecer os sentidos atribuídos à atividade em si, à atividade na pandemia e apreender-se outros sentidos coexistentes além da função artística, alcançados pela análise de conteúdo das entrevistas (BARDIN, 2000).

A seguir, vemos o sentido atribuído à atividade em si e a motivação para sua escolha.

O que significa o pole dance para você?

CAROL: Superação.

Quando perguntada o que a levou a escolher o pole dance, ela afirma:

O que te levou a escolher o pole dance?

CAROL: Tenho pouca força nos membros superiores, queria desenvolver isso e também trabalhar sensualidade. (...) O pole misturava dança e força, algo que buscava há tempos.

Quando você começou a fazer pole dance?

CAROL: Outubro de 2020 (...) Fui aprovada num edital de bolsas para pole que é um esporte caro.

Pode-se identificar nestes recortes que Carol atribui ao pole dance os sentidos de superação, dança e sensualidade uma vez que, enquanto arte, o pole dance está associado à estética e expressividade (CURY, 2018).

Vê-se que ela traz também em sua fala o significado sócio-histórico do pole dance como um esporte, tanto pela referência ao desenvolvimento de força física, quanto pela sua menção como “esporte caro”. Quanto aos atributos sócio-históricos, temos as considerações de Cury:

O pole dance é uma prática controversa e que possui múltiplos significados. Muitas pessoas podem associá-lo a uma dança de boate, realizada por strippers. Outras podem pensá-lo como uma atividade física de lazer, um esporte ou uma arte. De fato, existem várias formas de pole dance e, mundialmente, uma diferenciação entre as modalidades artística, esportiva e sensual. (*ibid.*, 2018, p. 3)

Rute, por sua vez, ao ser perguntada acerca dos significados do mosaico para ela, conta:

O que significa o mosaico pra você?

RUTE: (...) uma atividade paralela, naturalmente, porque eu trabalhava como (...)

Quais foram os ganhos que essa atividade te proporcionou?

RUTE: (...) ele é uma terapia pra mim é como se fosse uma meditação.

O que te levou a escolher o mosaico?

RUTE: O que me levou a escolher a o mosaico foi que eu sempre pintei óleo e o óleo... eu me dei conta que eu não conseguia parar o trabalho. Eu ia pintando e ia pintando... Eu me dei conta num dia que eu estava (...) pintando uma moça num curso de pintura a óleo. E eu pintando a modelo e (...) todo mundo elogiou: “oh que bacana!” E levei o quadro pra casa e, em vez de parar, eu continuei mexendo, retocando (...) Quando fui ver, não se parecia mais com a modelo. Então (...), eu me dei conta de que eu sempre gostei de arte mas, por consequência de (...) trabalhar com ..., acabei abandonando. Mas eu me dei conta que o mosaico, uma vez que você faz, você rejunta e acabou. Não dá pra ficar retocando, né? Então, foi por isso que eu escolhi o mosaico.

Para Rute, o mosaico tem os sentidos de “terapia” e “meditação”, além de ter o significado de “arte”. É possível observar sua estima por artes em geral e o lugar especial que o mosaico ocupa dentre elas. Ao referir-se à pintura a óleo, descreve uma inquietação e necessidade de sempre alterar o resultado final. O mosaico aparece como uma forma de tranquilizá-la, não sendo possível realizar retoques posteriores. Assim, apesar de afirmar o lugar secundário que a arte acabou ocupando em sua vida devido a seu trabalho, nota-se também sua grande importância para ela.

As atividades realizadas na pandemia se organizaram de acordo com as mudanças que ocorreram praticamente em todas as áreas da vida social e individual (LIMA, 2020). Sabemos que o contexto é fundamental para a compreensão de uma atividade: “todo acontecimento é sempre situado em um contexto espaço-temporal e, por isso, a análise dos processos de desenvolvimento deve sempre considerar o lugar e o momento em que ocorrem tais processos” (ROSSETTI-FERREIRA *et al.*, 2004, p. 27).

Vejamos, então, a importância atribuída ao contexto, seja no início ou continuidade da atividade artística e em sua aderência, por Carol e Rute, através de recortes de suas falas:

Quando você começou a fazer pole dance?

CAROL: Outubro de 2020.. Eu já via uma amiga fazendo e achava incrível (...) Fui aprovada num edital de bolsas para pole que é um

esporte caro.

Se não tivesse havido a pandemia, você acredita que teria começado a praticar essa atividade?

CAROL: Acredito que sim, mas não sei quando.

Carol deu início ao pole dance sete meses após o início oficial da pandemia e, a princípio, a participante não expressa essa relação de forma explícita. Porém, como no segundo trecho da entrevista ela expressou incerteza quanto ao momento em que começaria a fazer pole dance caso não tivesse havido a pandemia, podemos considerar que o contexto de pandemia favoreceu em alguma medida o início da atividade. Silva (2020) observa que a partir da eclosão da pandemia: “sujeitos, grupos, instituições, a sociedade como um todo busca respostas para o dilema: o que fazer com e no tempo-espço, como viver o dia-a-dia?” (SILVA, 2020, p. 539). A nova configuração contextual e as questões decorrentes podem desencadear novas motivações ou a disposição para iniciar ações que já eram almeçadas pelo sujeito.

Por outro lado, Rute relaciona diretamente o aumento de dedicação à sua prática com o fato de poder ficar em casa, ocasionado pela pandemia:

Quando você começou a fazer Mosaico?

RUTE: Ao longo desses 20 anos. Fazia pra presente de casamento, presentes pra amigos, família, coisas

assim, pequenas coisas. Agora que comecei a abusar um pouco mais, me dedicar um pouco mais. E na pandemia aconteceu mesmo de poder ficar em casa, na roça, né? Eu fico na roça a maior parte do tempo e aqui eu tenho um ateliê que vou fazendo, inventando, né? Eu invento coisas pra botar na parede das casas... Esses três girassóis [foto enviada] eu fiz pra colocar na parede aqui de casa.

Se não tivesse havido a pandemia você acredita que teria começado a praticar essa atividade?

RUTE: Teria. Eu só não teria tido a chance de ficar mais tempo aqui, né, e porque eu estava com a atividade de consultora, que pediria pra eu estar mais no escritório. E não tendo essa necessidade depois, o trabalho diminuindo, eu fui me dedicando mais aqui, né?

Com a pandemia e a orientação de isolamento social, Rute se deslocou da cidade para a roça, que se reveste com o sentido de retiro, de lugar considerado mais seguro naquele momento. De acordo com Lima e Freitas (2020, p. 24), “a pandemia fez com que as pessoas valorizassem mais outros aspectos como mais tempo livre, menos trânsito e uma vida mais simples, encontrados de forma mais frequente em cidades do interior”.

Em relação à maior disponibilidade de tempo que Rute teve para se dedicar ao mosaico, um estudo de Teodoro et al. (2020) sobre tempo e lazer na pandemia também revelou que a maioria dos participantes (79%) relatou dispor de tempo livre para viver, no caso, atividades de lazer. Portanto, o distanciamento social imposto pela pandemia gerou a necessidade de se repensar o espaço do lar e do tempo no lar (TEODORO et al., 2020), ressignificações presentes na fala de Rute. Tanto sua mudança de ambiente da cidade para o espaço roça, quanto o aumento de seu tempo livre promoveram uma mudança no espaço interno da residência, que passou a ser decorada com os mosaicos confeccionados. Além disso,

em relação ao tempo vivido, à sua história, observa-se que a arte ocupava um lugar secundário na vida de Rute devido ao seu trabalho e esse lugar também foi ressignificado. Adquiriu outro sentido, tornando-se mais prioritário. Portanto, houve ressignificações quanto ao seu lar, à sua atividade artística (mosaicos) que expressam a ressignificação de sua própria subjetividade.

Cabe, aqui, reafirmarmos a importância do contexto no processo de constituição da subjetividade. Temos que a pandemia colocou-se como o contexto no qual as entrevistadas faziam parte e atuavam. Para que se compreenda as funções do contexto recorreremos a Rede de Significações (ROSSETTI-FERREIRA, AMORIM, SILVA, 2004). Na perspectiva da RedSig, o contexto desempenha simultaneamente duas funções que expressam a recursividade presente na dinâmica do desenvolvimento humano: ele é um “ambiente, contexto ou campo de aplicação de condutas” e também é uma “condição, recurso e instrumento de desenvolvimento” (ROSSETTI-FERREIRA, AMORIM, SILVA, 2004, p. 26.):

Portanto, dentro de um determinado contexto, concomitantemente, as pessoas se mostram submetidas às características dele, assim como ativas e muitas vezes contrapondo-se ou negociando os limites e as possibilidades colocadas. (p. 26)

A partir disso, podemos considerar nas histórias de vida de Carol e Rute que, apesar da pandemia não ter sido relatada como o principal fator determinante do início da prática do pole dance ou da intensificação da prática do mosaico, enquanto contexto, ela foi simultaneamente campo e instrumento de ressignificações, colocando-se como um, entre outros, fatores de influência.

Como visto anteriormente, Carol atribui ao pole dance sentidos diferentes - dança, esporte - ao longo de seu discurso. Essa variação linguística se dá em função de diferentes significados sócio-históricos presentes na constituição de cada sentido. Cury (2018)

faz referência a três vertentes no pole dance: artística, esportiva e sensual. Elas podem coexistir ou se alternarem. Assim, não por acaso, os recortes das falas de Carol nos trouxeram aspectos de todas. Segundo Cury (2018): “No esporte, há uma maior preocupação com a técnica, habilidade e desejo de vitória; já na arte, a preocupação principal é com a qualidade estética e expressividade” (CURY, 2018, p. 10). Os sentidos atribuídos à atividade física artística caminham juntos, não somente no discurso sobre o pole dance, mas na dança em geral (MARBÁ, SILVA, GUIMARÃES, 2016). A combinação de diferentes sentidos culminou na escolha da atividade por Carol.

Tomando-se, agora, a atividade em curso, vejamos outras ressignificações geradas:

Quais foram os ganhos que essa atividade te proporcionou?

CAROL: Autoconhecimento sobre meu corpo, meus limites e potências. Me ensina que preciso manter a calma para alcançar meus objetivos e que o domínio do básico me levará a lugares maiores. Tudo tem seu tempo.

Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar, contar ou explicar sobre a sua relação com o pole dance?

CAROL: O pole tem a ver com me priorizar. É longe da minha casa, os custos são altos, já pensei em desistir várias vezes. Mas quando eu chego lá, tudo se transforma e eu lembro porque não desisti ainda. O pole me ensina que, para ser uma pessoa de sucesso, eu preciso ter paciência e insistir até conseguir. Aprendo também a lidar com a dor, pois sem ela é impossível realizar a conquista de um movimento. Trago essa experiência analogamente a outras áreas da minha vida.

Devido à natureza da atividade em questão, inevitavelmente e repetidas vezes, nota-se nas falas de Carol a menção à seu corpo.

Contudo, para além de um corpo físico que pratica o pole dance, se expressa, executa movimentos e sente dor, o corpo aparece como um veículo fundamental que lhe possibilita significar e ressignificar as experiências vividas a partir e através dele:

(...) a arte tem se mostrado potente na promoção dessas afecções e no favorecimento da ampliação da consciência dos sujeitos em relação à realidade em que estão inseridos. (...) Compreende-se por ampliação de consciência o desenvolvimento de modos ativos e criativos de o sujeito se relacionar com a realidade, de sua implicação na produção de mudanças, no reconhecimento de suas possibilidades e limites, na ação intencional de compreender-se e inserir-se na busca do coletivo como meio de obter a força necessária para transformação de suas condições de vida atual e futura. Trata-se, portanto, de colocar os afetos em movimento, de modo a se produzir “poder de agir” (SOUZA, DUGNANI, REIS, 2018, p. 379).

Além disso, a menção de força e superação frente à dor física relacionadas analogamente com outras áreas de sua vida remetem a elementos do conceito de resiliência. Há diferentes conceituações e abordagens para resiliência (JIMÉNEZ, 2017). Bolós e Fuentes-Peláez (2017) destacam as duas definições a seguir, por mostrarem o fortalecimento da auto estima do sujeito após sua resistência em permanecer na luta para superar dificuldades. Temos, então que, para Vaquero, Urrea & Mundet, (2014), a resiliência “é entendida como a capacidade que uma pessoa, grupo, material ou sistema pode apresentar ou desenvolver diante de um evento que afeta sua integridade permitindo-lhe resistir, recuperar e sair fortalecido” (VAQUERO; URREA; MUNDET, *apud* BOLÓS; FUENTES-PELÁEZ, 2017, p. 10). De forma similar, para Grotberg (2003), resiliência refere-se à “capacidade de transformação pessoal para se posicionar na vida e se fortalecer de forma positiva” (GROTBERG, 2003 *apud* BOLÓS; FUENTES-PELÁEZ, 2017, p. 10).

É possível, assim, compreender-se como o pole dance (revestido dos sentidos de atividade artística e física) funciona como um instrumento que proporciona transformações na forma de Carol relacionar-se com o mundo e consigo mesma, produzindo novos sentidos sobre as dificuldades e si própria.

Também reconhecemos, na fala de Rute, elementos que remetem a enfrentamento:

Quais foram os ganhos que essa atividade te proporcionou?

RUTE: O maior ganho que eu tenho com o mosaico é o terapêutico. (...) eu sou uma pessoa que eu tenho muita ansiedade. Muita. Eu gosto muito de atividade, né? Eu sempre fui uma pessoa muito ativa e a questão de me aposentar e parar... O mosaico, ele salva vidas. Eu estou fazendo um curso com um mestre (...) e ele fala muito nisso, que é salva vidas. Ele tira as pessoas, várias pessoas, de processo de depressão, tudo. Ajuda muito as pessoas. Eu amo fazer mosaico.

O sentido terapêutico atribuído ao mosaico é cada vez mais reconhecido. No estudo de Alvarenga e Leite (2018), participantes foram convidados a construir mosaicos em papel e colori-los. Os autores contaram que, após a realização da atividade, “muitos gostaram de desenhar e colorir os seus mosaicos, afirmando ser como uma terapia que eles não praticavam há anos” (ALVARENGA; LEITE, 2018, p. 1377).

Corrêa (2014), a partir de suas oficinas de mosaico de papel, considerou que a criatividade desperta pela atividade participa da constituição do sentido terapêutico, levando a uma sensação de bem estar:

Ao considerar a criatividade uma das condições fundantes do ser humano, posso dizer que o potencial criativo é fonte de saúde. Assim, saúde passa a se relacionar com modos de ser, com bem estar próprio

e completo, implicando uma continuidade e as conexões entre os aspectos biológicos, culturais, sociais, psicológicos e ambientais (CORRÊA, 2014, p. 433)

Neste sentido, havíamos dito anteriormente que uma atividade artística conduz à ressignificação positiva da imagem de si mesmo e de sua relação com o mundo. De fato, em ambas as falas, vimos presente a função de “apaziguar” inquietações. Carol contou que o pole dance a ensina a manter a calma para alcançar seus objetivos. Rute, por sua vez, disse que o mosaico lhe ajuda a lidar com sua ansiedade e agitação.

De acordo com Souza, Dugnani e Reis (2018), “a arte favorece as ressignificações dos sujeitos sobre seu papel nas diferentes interações de que tomam parte e sobre suas condições de vida atual e futura”, e dessa forma, atividades distintas resultam na ressignificação de modos de “ser, estar, pensar e agir no mundo” (SOUZA; DUGNANI; REIS, 2018, p. 376).

CONSIDERAÇÕES

A pandemia se colocou como um contexto que propiciou o início ou a intensificação da prática de uma atividade artística pelas participantes do estudo. A necessidade de isolamento social intensificou o processo de ressignificações da subjetividade, do lugar do sujeito no mundo e de seus modos de relação. Assim, uma atividade artística que era almejada, ou que poderia ser intensificada, encontrou ou ampliou seu espaço no cotidiano das mulheres.

As atividades aqui em questão, a pole dance e o mosaico, adquiriram especialmente e de forma respectiva, os sentidos de superação e terapia. O exercício dessas atividades, caracterizado por um processo de enfrentamento de dificuldades, resgate da criatividade, superação e êxito, constituiu um espaço de ressignificação das experiências vividas e aumento da resiliência, da autossatisfação e do bem estar.

Face a esses incontestáveis benefícios, de promoção de saúde e bem estar, reafirmamos as recomendações sobre a importância da prática de atividades artísticas, não apenas em momentos críticos, como durante o contexto de pandemia, mas enquanto uma atividade integrante da rotina semanal dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. S. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 19, n. 2, p. 411-422, 2007.
- ALVARENGA, K. B; LEITE, R. D. Material Manipulativo Abarcando: Funções, Geometria, Beleza e Criatividade. **Acta Latinoamericana de Matemática Educativa**. v.31, n. 2, p. 1373-1379, 2018.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BOLÓS, A. M.; FUENTES-PELÁEZ, N. Emocion'AR-T una propuesta educativa de promoción de la resiliencia a través del arte. **Arteterapia. Papeles de arteterapia y educación artística para la inclusión social**, v. 12, p 9-23, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/ARTE.57559>. Acesso em: 21 ago. 2021.
- CORRÊA, M. C. M. R. Oficina Terapêutica de Mosaico de Papel: o lugar da materialidade no campo da Terapia Ocupacional. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. v. 18, n. 49, 431-441, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0336>. Acesso em: 02 ago. 2021.
- CURY, C. N. **Pole dance: considerações sobre a prática e sua multiplicidade**. Orientador: Caleb Faria Alves. 2018. 80f. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/217421>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- FANCOURT, D.; FINN, S. What is the evidence on the role of the arts in improving health and well-being? A scoping review. **Copenhagen: WHO Regional Office for Europe**; 2019.
- JIMÉNEZ, C. P. ¿Podemos prevenir el trauma? Reflexiones del uso del arteterapia como vía para la prevención del trauma y el desarrollo de la resiliencia. **Arteterapia. Papeles de arteterapia y educación artística para la inclusión social**, 12, p. 277-292, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/ARTE.57577>. Acesso em: 02 ago. 2021.
- LIMA, A. V. de; FREITAS, E. de A. A Pandemia e Os Impactos Na Economia Brasileira. **Boletim Economia Empírica**, v. 1, n. 4, 2020.
- LIMA, R. C. Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online], v. 30, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300214>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MARBÁ, R. F.; SILVA, G. S.; GUIMARÃES, T. B. Dança na promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v. 9, n. 1, p. 1-9, 2016.

MARKOVÁ, I.; ZADEH, S.; ZITTOUN, T. Introduction to the special issue on generalisation from dialogical single case studies. **Culture & Psychology**, v. 26, n. 1, p. 3-24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354067X19888193>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MEDEIROS, M. S.; BARRETO, D. M. S.; SAMPAIO, R.; ALVES, B. C. F. B., ALBINO, D. C. M. e FERNANDES, I. L. A Arte como Estratégia de Coping em Tempos de Pandemia. **Revista Brasileira de Educação Médica**, 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200354>. Acesso em: 21 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE - OPAS, **Histórico da Pandemia de COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 02 ago. 2021.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; AMORIM, K.S. e SILVA, A. P. S. Rede de Significações: alguns conceitos básicos. Em: Rossetti-Ferreira, M.C.; Amorim, K.S.; Silva, A.P.S. e Carvalho, A.M.A. (Orgs.). Em: **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. p. 23-33, 2004. Porto Alegre: Artmed.

SILVA, D. Terapia Ocupacional, cotidiano e pandemia COVID-19: inquietações acerca do ocupar o tempo-espaço. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional REVISBRATO**, v. 4, n. 3, p. 529-553, 2020.

SOUZA, V. L. T. de; DUGNANI, L. A. C.; REIS, E. de C. G. dos. Psicologia da Arte: fundamentos e práticas para uma ação transformadora. **Estudos de Psicologia** [online], v. 35, n. 4, p. 375-388, 2018 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02752018000400005>. Acesso em: 02 ago. 2021.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. Em: **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano – aproximações teóricas e metodológicas**. SP: Cortez, 1999.

TEODORO, A. P. E. G.; BRITO, G. A. P. de; CAMARGO, L. A. R.; SILVA, M. R. da; BRAMANTE, A. C. A Dimensão Tempo na Gestão das Experiências de Lazer em Período de Pandemia da Covid-19 no Brasil. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 23, n. 3, p. 126-162, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2020.25305>. Acesso em: 30 ago. 2021.

VASCONCELOS, C. S. S; FEITOSA, I. O.; MEDRADO, P. L. R.; BRITO, A. P. B. O novo coronavírus e os impactos psicológicos da quarentena. **Revista Desafios**. v. 7, p. 75-80, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.20873/uftsuple2020-8816>. Acesso em: 21 ago. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (a). **Novel Coronavirus (2019-nCoV) Situation Report – 11**. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200131-sitrep-11-n-cov.pdf>. 31 January 2020. Acesso em: 02 ago. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (b). **Mental health and psychosocial considerations during the COVID-19 outbreak**, 18 March 2020. Disponível em: <http://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/mental-health-considerations.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.

SUSTENTABILIDADE CULTURAL: O PIONEIRISMO DE MYRTHES GOMES DE CAMPOS FRENTE A ADVOCACIA BRASILEIRA

Fernanda Analu Marcolla¹³
Sabrina Lehnen Stoll¹⁴

INTRODUÇÃO

Este capítulo pretende avaliar a sustentabilidade cultural no que tange a representatividade da mulher em sociedades patriarcais a partir do reconhecimento Myrthes Gomes de Campos como a primeira advogada do Brasil. Dentro das dimensões da sustentabilidade exploradas por Sachs (1993), optou-se em abordar a sustentabilidade cultural, pois a cultura tanto pode ser tanto uma possibilidade de mudança de *status quo* quanto pode ser uma forma de preservar tradições seculares carregadas de preconceitos.

A sustentabilidade cultural apresenta como solução para diminuir as desigualdades de gênero o combate ao patriarcado e a maior representatividade feminina em espaços públicos. Nessa perspectiva, Myrthes Campos conseguiu quebrar paradigmas culturais quando resolveu ingressar no curso de direito e se tornar a primeira advogada mulher, em uma época que essa profissão era de exclusividade masculina.

O capítulo foi construído tendo por problema de pesquisa a seguinte pergunta: De que forma a dimensão da sustentabilidade cultural é eficaz para combater sociedades patriarcais e como Myrthes

¹³Doutoranda em Direitos Humanos (UNIJUI). Advogada inscrita na OAB/SC nº. 53.746.
CV: <http://lattes.cnpq.br/3320760922393919>

¹⁴Mestra em Direito (FURB). Advogada. CV: <http://lattes.cnpq.br/1360235338654144>

Campos conseguiu superar o preconceito de sua época e se tornar a primeira advogada do Brasil?

Como hipótese inicial, levando-se em consideração os dados levantados a partir de um conjunto de pesquisas realizadas sobre o tema na área do Direito e da Ciência Política, refletidas na bibliografia que dá sustentação ao presente estudo, torna-se possível afirmar que a sustentabilidade cultural possui impactos relevantes na sociedade como forma de diminuir as desigualdades de gênero e conduzir as mulheres a uma maior representatividade. Nesta perspectiva, Myrthes Campos enfrentou o preconceito de uma cultura machista que proibia que mulheres atuassem em funções jurídicas para conquistar seu espaço de fala no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil.

Como objetivo geral, a pesquisa busca avaliar de que forma a sustentabilidade cultural torna-se uma aliada no percurso de Myrthes Campos como a primeira representatividade feminina no âmbito jurídico.

Para dar concretude ao objetivo geral, os objetivos específicos do texto, que se refletem na sua estrutura em duas seções, são: a) avaliar, a partir de estudos já realizados no âmbito do Direito e da Ciência Política, a sustentabilidade cultural a partir de Sachs (1993) como forma de mudança de *status quo*; b) Investigar a trajetória de Myrthes Campos rumo ao pioneirismo de se tornar a primeira advogada do Brasil. O método de pesquisa empregado foi o hipotético-dedutivo, mediante o emprego de técnica de pesquisa bibliográfica e documental.

SUSTENTABILIDADE CULTURAL COMO FORMA DE CONCREÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

A sustentabilidade cultural se caracteriza na procura de raízes endógenas de processos de modernização que visam mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento, diversidade e de igualdade social (SACHS, 1993, p. 38). Deste modo, certos grupos minoritários buscam ao longo de sua existência o reconhecimento de seu lugar de fala.

Na antropologia os aspectos morais e estéticos de uma denominada cultura, são resumidos no termo “*ethos*”, enquanto que os aspectos cognitivos existenciais são designados pelo termo visão do mundo, logo, para Geertz (2019, p. 93), “o *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete”. Sendo assim, a visão de mundo de uma sociedade é a interpretação que ela possui da sua simples realidade, da percepção do conceito de natureza, da compreensão de si mesmo e do que considera ser importante para uma sociedade.

A maior preocupação dos que buscam conceituar a cultura, é no sentido de investigar a origem da vida, ou seja, questiona-se como o ser humano adquiriu este “processo extrassomático que o diferenciou de todos os animais e lhe deu um lugar privilegiado na vida terrestre” (LARAIA, 1986, p. 53). Para tanto, toda cultura deriva de uma história, logo, examina-se as expressões culturais ao longo do tempo e como são administradas e governadas em uma comunidade com tradições específicas em relação a outras (REALE, 2002, p. 240).

As civilizações possuem suas histórias, tradições e lendas antigas, as quais tentam dilucidar a origem tanto da existência humana quanto aos acontecimentos do cotidiano. A cultura ocidental, por exemplo, “herdou uma explicação religiosa registrada no primeiro livro da Bíblia, o Gênesis”, o qual condiciona a origem à criação de Adão e Eva, outros povos possuem em sua narrativa histórica do significado da origem, fatores relacionados a explicação mítica, sobrenatural ou religiosa (MELLO, 1982, p. 129-130).

Compreender o conceito e os intuitos da cultura envolve certo grau de complexidade. Desde o século passado tenta-se buscar a amplitude do alcance da terminologia na literatura alemã, na qual houve um cuidado inicial de questionar a origem sob a perspectiva de “conexões com a antropologia filosófica, com a teleologia e com

a história”, na busca de uma explicação empírica do mundo da cultura (REALE, 2002, p. 240).

Desta feita, uma das preocupações da sustentabilidade cultural, é justamente buscar o equilíbrio, e no âmbito do presente estudo, é buscar combater as desigualdades de gênero e a representatividade feminina. A cultura patriarcal é uma forma de domínio sob classes minoritárias, e assim sendo, necessita ser combatida para que haja igualdade entre homens e mulheres.

O desenvolvimento sustentável sob uma ótica humanitária, que busca o equilíbrio e harmonia e a melhor qualidade de vida de toda a população, como condição de possibilidade para uma nova forma de compreender a dignidade humana em sua plenitude. Para Sachs (1993), só existe desenvolvimento quando os benefícios do crescimento possuem como consequência a ampliação das capacidades humanas quanto à sua liberdade de “ser e fazer”. Logo, o desenvolvimento atinge seu objetivo quando houver as seguintes elementares: a) participação na democracia; b) longevidade saudável; c) conhecimento; d) recursos necessários para uma vida digna; e) participação na vida em comunidade.

No que tange à efetividade do desenvolvimento sustentável, a prática sustentável deve ser orientada por políticas que alcancem a equidade social mundial. Requer-se, ainda, uma visão sistêmica de “qualidade de vida para todos os membros de uma sociedade. Isto inclui a igualdade de acesso ao bem-estar coletivo, o direito a uma habitação digna, a garantia de um ambiente saudável e o respeito pelas condições de vida dos indivíduos e das comunidades” (LINDO, 2021, p. 94).

O desenvolvimento sustentável busca o equilíbrio social por intermédio de quatro indicadores: 1) Ter uma vida longa e saudável; 2) Ter acesso à educação; 3) Acesso a recursos necessários para uma vida digna; 4) Capacidade de participar das decisões da comunidade. Esses princípios ideológicos são diretamente relacionados às estruturas

de poder e suas interfaces entre governos, empresas e organizações da sociedade civil local (BÜTTENBENDER, 2021, p. 224).

Com uma maior representatividade feminina no poder, muitos projetos e políticas públicas voltadas para o gênero feminino serão analisadas sob uma perspectiva de representação de classe, o que fortalece o debate pelo direito à igualdade. A necessidade do direito à igualdade de maior representação política se deve ao combate a uma condição histórica cultural, na qual os homens eram direcionados ao domínio da economia, educação e política, enquanto que as mulheres eram “encorajadas” a se adaptar a seu *status* de subordinação (LERNER, 2019, p. 55).

Em culturas patriarcais os homens se apoiam e ficam unidos com o intuito de manter o poder e a dominação sobre as classes minoritárias. Logo, no patriarcalismo, os homens são a classe dominante que mais se beneficia de tal prática, pois eles compreendem que são superiores e precisam controlar o sistema familiar, empresarial e político (MARCOLLA; RISTOW, 2022, p. 25). Neste sentido, analisar a sustentabilidade cultural como forma de alcançar uma maior representatividade feminina sugere uma mudança de *status quo* e distanciamento de políticas estruturais patriarcais. Um desenvolvimento sustentável de fato busca a igualdade de gênero e o combate à desigualdade social. Por este motivo se faz necessário estudar as dimensões sociais, econômicas, ecológicas, espaciais e culturais (SACHS, 1993).

Quando Sachs (1993, p. 35) abordou a sustentabilidade como forma de atingir um desenvolvimento ideal ele tinha como sugestão que o indivíduo conseguisse manifestar suas potencialidades, talentos e imaginação, na procura de uma espécie de autorrealização em busca da felicidade. Mesmo que o autor não abordasse a desigualdade de gênero de forma implícita, o combate de Sachs sempre foi direcionado à desigualdade social em sentido amplo.

Entre as garantias sociais que Sachs (1986, p. 75) acreditava ser de grande importância para se ter uma vida digna, destaca-se a necessidade de uma renda mínima razoável para a subsistência familiar. O direito ao trabalho, por exemplo, é uma forma de se conquistar uma vida decente e ter uma melhor qualidade de vida, pois é através dele que o cidadão tem acesso à moradia, saúde, educação, lazer, sem que tenha para isso que viver de caridade pública.

As mulheres ainda sofrem com preconceitos e discriminações salariais no mercado de trabalho. Esse fator implica muitos casos de submissão ao gênero masculino devido à necessidade de subsistência digna. São vários os fatores sociais que fazem com que as mulheres sejam inferiorizadas e coisificadas. Por este motivo faz-se de grande relevância investigar a sustentabilidade cultural como forma instigar uma maior representatividade.

Para Sachs (1993, p. 33) a sustentabilidade tem por objetivo o combate à desigualdade social, e não o aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Deste modo, a sustentabilidade cultural proposta pelo autor, também vai ao encontro da Agenda 2030, mais especificamente com a Redução das Desigualdades Sociais (Objetivo 10), a qual busca promover a igualdade no interior dos países e entre países.

O comportamento humano é considerado simbólico, sendo que a produção de produtos e serviços tradicionais estão intrinsecamente alinhados ao uso de signos e símbolos como forma de comunicação, ou seja, é o exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o uso de símbolos que torna possível a interpretação. Sendo o indivíduo o resultado do meio cultural no qual foi inserido e socializado, o combate ao patriarcado precisa iniciar com a educação inicial, somente assim pode-se construir e modelar um novo patrimônio cultural que permite alterar padrões preconceituosos de toda uma comunidade (LARAIA, 1986, p. 45).

Deste modo, a mulher busca ao longo dos anos seu lugar de fala e seu lugar de pertencimento, pois é através dele que se empo-

dera o gênero feminino sobre o controle de seu próprio corpo, da economia, da cultura e da sociedade. Com a mudança de paradigma quanto a importância do papel da mulher na sociedade é possível consagrar a identidade social feminina, indissociável da permanência do tempo, mas também contribuir praticamente para sua reprodução moral (BOURDIEU, 2011, p. 75).

O poder herdado pelo gênero masculino se evidencia no fato de que dispensa justificção, ou seja, “a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se anunciar em discursos que visem legitimá-la”. A história tem nos mostrado que a invisibilidade mata, o que Bourdieu (2011) chama de violência simbólica, Foucault (2019) chama de biopolítica este movimento de “deixar viver ou deixar morrer”. Nesta concepção, os homens são socializados para serem dominantes, para entrarem no mundo público do trabalho, deixando as mulheres na invisibilidade de seus lares (HOOKS, 2021, p. 100).

O que observa é a sub-representação das mulheres em várias esferas e espaços de poder, essa percepção pode se justificar pelo patriarcado institucionalizado, em que homens devem governar e mulheres devem preservar seus lares (MARCOLLA; STOLL, 2022, p. 40). Desta feita, compreender a importância de Myrthes Campos, como pioneira do ingresso da mulher na advocacia é de grande relevância para os dias atuais no que tange a representatividade feminina.

O PIONERISMO DE MYRTHES GOMES DE CAMPOS

A advocacia no Brasil era exercida exclusivamente por homens até meados de 1900, sendo esta, uma herança da colonização portuguesa em nosso país. Há registros históricos, que na época do Brasil Império, advogados que estudavam em Coimbra eram convocados para exercer suas profissões em território brasileiro, haja vista não haver colégios jurídicos de na época (MARCOLLA, 2022).

A criação do ensino superior jurídico no Brasil foi discutida na Assembleia Constituinte de 1823 e incorporada à Constituição

de 1824 (art. 179, XXXIII), e acabou se concretizando na promulgação da Carta de Lei de 11 de agosto de 1827, assinada pelo Imperador D. Pedro I, em parceria com a Universidade de Coimbra em Portugal, sendo criadas então dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um na cidade de São Paulo e outro em Olinda (USP, 2017). Essa necessidade era decorrente de um processo de consolidação da Independência do Brasil e a necessidade de formar intelectuais capazes de administrar o país.

As mulheres só tiveram acesso à educação superior jurídica em 1879 por intermédio do Decreto Lei nº 7.247/1879. No entanto, a matrícula na universidade deveria ser realizada por seus pais ou maridos. Ao tentar ingressar na universidade de direito, Myrthes Campos sofreu certa relutância por parte de sua família, pois a universidade era um local majoritariamente masculino e uma mulher estudar essa área do saber era contra os padrões tradicionais da época (OAB, 2022). Todos da família foram contra a decisão de Myrthes, menos sua mãe, e segundo Shumaker e Brazil (2020), quando Myrthes contou a família que desejava cursar direito “quase desabou um temporal no lar feliz, foi um escândalo”.

Myrthes Gomes de Campos, nasceu em Macaé no Rio de Janeiro em 1875, e superando todas as resistências, conquistou seu título de bacharel em Direito em 1898. Destaca-se para tanto que Myrthes não foi a primeira mulher a ingressar no curso de Direito, havendo registro de outras mulheres que conseguiram tal proeza em Pernambuco, entre elas, Delmira Secundina, Maria Fragozo e Maria Coelho da Silva Sobrinha, no entanto nenhuma delas conseguiu exercer a advocacia (OAB, 2022).

Após a formatura Myrthes precisou enfrentar outro desafio, conseguir registrar seu diploma na Secretaria da Corte de Apelação do Distrito Federal e em seguida obter a inscrição no próprio tribunal. No entanto, os órgãos governamentais colocaram diversos empecilhos no processo, pois a capacidade intelectual de uma mulher atuar na

advocacia era questionada na época, sendo inclusive desaconselhada e desistir do processo pelo presidente da corte (HIGÍDIO, 2021).

Após 8 anos de persistência e de lutas, com auxílio de seu colega de faculdade e advogado Vicente de Ouro Preto, Myrthes conseguiu registrar seu diploma em direito. Entretanto, mesmo com seu diploma devidamente registrado, Myrthes sofreu discriminação e enfrentou grandes obstáculos para ingressar no quadro efetivo de sócios do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, o que era um requisito para o exercício da profissão (HIGÍDIO, 2021).

Diante das dificuldades para conseguir ingressar na Ordem dos Advogados, Myrthes foi aconselhada a integrar o quadro como estagiária, e assim o fez. Entretanto, Myrthes foi conquistando aos poucos o seu lugar de fala, e devido a sua dedicação e persistência, a Comissão de Justiça, Legislação e Jurisprudência acatou seu requerimento de ingressar na carreira, defendendo para tanto, que não havia impedimento legal para exercer a profissão (HIGÍDIO, 2021).

O voto favorável aconteceu em 06 de julho de 1899:

[...] não se pode sustentar, contudo, que o casamento e a maternidade constituam a única aspiração da mulher ou que só os cuidados domésticos devem absorver-lhe toda atividade [...]. Não é a lei, é a natureza, que a faz mãe de família. [...] a liberdade de profissão, é, como a igualdade civil da qual promana, um princípio constitucional [...]; nos termos do texto do art. 72, § 22 da Constituição o livre exercício de qualquer profissão deve ser entendido no sentido de não constituir nenhuma delas monopólio ou privilégio, e sim carreira livre, acessível a todos, e só dependente de condições necessárias ditadas no interesse da sociedade e por dignidade da própria profissão; [...] não há lei que proíba a mulher de exercer a advocacia e que, importando essa proibição em uma causa de incapacidade, deve ser declarada por lei [...] (GUIMARÃES; FERREIRA, 2009).

Em que pese a conquista favorável de seu requerimento, seu pedido permaneceu *sub judice* por muitos anos, “enfrentando contestações sobre a legalidade, obstrução de pautas de sessões e pedidos de esclarecimentos”, no entanto, Myrthes conseguiu ingressar no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil em 1906, após aprovação em assembleia (HIGÍDIO, 2021).

Devido ao sistema patriarcal da época, Myrthes era conhecida como “o advogado Myrthes”, e sua atuação ganhou destaque ao atuar como defensora do Tribunal do Júri, ao absolver seu cliente contra um promotor de justiça considerado imbatível. O fato, totalmente inusitado para a época, foi amplamente noticiado nos jornais. Durante o julgamento, o tribunal do júri estava lotado para assistir à atuação da primeira advogada, Myrthes surpreendeu o juiz, os jurados e até o réu com o seu profundo conhecimento do Código Penal e, sobretudo, pelo seu poder de argumentação (JUSTIÇA DE SAIA, 2020).

Em sua fala em plenário, sob olhares de centenas de pessoas que queriam saber quem era a advogada Myrthes, proferiu um apelo social sobre a posição da mulher na sociedade:

Envidarei, portanto, todos os esforços, afim de não rebaixar o nível da justiça, não comprometer os interesses do meu constituinte, nem deixar uma prova de incapacidade aos adversários da mulher como advogada. [...] Cada vez que penetrarmos no templo da justiça, exercendo a profissão de advogada, que é hoje acessível à mulher, em quase todas as partes do mundo civilizado, [...] devemos ter, pelo menos, a consciência da nossa responsabilidade, devemos aplicar todos os meios, para salvar a causa que nos tiver sido confiada. [...]. Tudo nos faltarão: talento, eloquência, e até erudição, mas nunca o sentimento de justiça; por isso, é de esperar que a intervenção da mulher no foro seja benéfica e moralizadora, em vez de prejudicial como pensam os portadores de antigos preconceitos (JUSTIÇA DE SAIA, 2020).

Quatro anos após a sua conquista, ou seja 1910, Myrthes foi nomeada como inspetora de ensino do Distrito Federal e em 1924, se tornou encarregada pela jurisprudência do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, função que exerceu até o ano de 1944 (HIGÍDIO, 2021).

Myrthes simboliza um marco teórico quanto a representatividade feminina no mundo jurídico, especificamente na advocacia. Sua presença no tribunal era considerada um grande evento, várias pessoas se reuniam para observar a atuação profissional de uma advogada mulher em um sistema considerado machista.

Ademais, a primeira advogada brasileira estava muito à frente de sua época, publicou vários artigos e livros que abordavam temáticas polêmicas, tais como, O direito ao aborto (1915); Voto feminino e serviço militar (1929); O voto feminino e os fundamentos de uma sentença (1929); O voto feminino: a propósito da decisão da Junta de Recursos Eleitorais do Estado do Rio de Janeiro (1929); Voto Feminino e a jurisprudência (1930); A propósito da mulher jurada: decisões divergentes (1930); Clovis Beviláqua e a emancipação jurídica da mulher (1932); Código Eleitoral, voto feminino e direito da família (1933); e por fim, Os advogados brasileiros e a advocacia feminina (1937).

A partir de Myrthes um novo precedente foi traçado. As mulheres adquiriram o direito de estudar as ciências jurídicas, de atuar em áreas profissionais exclusivamente masculinos, o direito de votar e ser votada, assim como, se adquiriu o direito de controlar o seu próprio corpo. Muitas mulheres como Myrthes foram apagadas da história em nome da preservação do domínio masculino, no entanto, trazer sua história ao público é uma forma de garantir que seu passado sirva de alicerce para possamos conquistar novos espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade cultural é uma forma de analisar a trajetória de uma sociedade com base nas tradições e na busca por igualdade social. Sendo o indivíduo o resultado do meio cultural no qual foi inserido e socializado, torna-se difícil quebrar alguns paradigmas enraizados nas culturas, como é o caso de posicionamentos patriarcais.

Myrthes Campos enfrentou o preconceito estrutural de um sistema patriarcal, além de ter que assumir uma postura não aceita para a época. A tradição cultural de sua família previa que mulheres deveriam desempenhar atividades domésticas e não frequentar universidades, espaço este exclusivamente masculino.

Mesmo com todas os obstáculos criados por um sistema machista e preconceituoso, Myrthes Campos foi capaz de superar os empecilhos que apareceram em seu caminho e conquistou sua vaga no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil. A partir de Myrthes, temos um novo marco teórico de representatividade feminina na advocacia brasileira que abriu precedente para várias outras mulheres exercerem a advocacia com dignidade, ou seja, houve na cultura daquela época uma mudança de *status quo*.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- BÜTTENBENDER, Pedro Luís. Desenvolvimento local. In: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein (Org). **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos**: mais de 270 temas para (re) pensar o bem-estar. Uruguiana: Conceito, 2021.
- COSTA, Marcos da. **Ousadia e pioneirismo das advogadas**. 2012. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/palavra-do-presidente/2012/174>. Acesso em: 14 fev. 2022.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2019.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. FERREIRA, Tania Maria Tavares. *Myrthes Gomes de Campos: pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina*. In: **Revista do Instituto de Estudos de Gênero**, v. 9, n. 2, p.135-151, 1 sem. Niterói, RJ, 2009.

HIGÍDIO, José. **Primeira advogada brasileira Myrthes superou obstáculos para trabalhar**. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-mar-08/primeira-advogada-brasileira-myrthes-superou-obstaculos-trabalhar>. Acesso em: 27 nov. 2022.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LINDO, Augusto Pérez. Biopolítica e desenvolvimento sustentável. In: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein (Org). **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos**: mais de 270 temas para (re) pensar o bem-estar. Uruguaiana: Conceito, 2021.

JUSTIÇA DE SAIA. **Myrthes Gomes de Campos**: primeira mulher a exercer a advocacia no Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.justicadesaia.com.br/myrthes-gomes-de-campos-primeira-mulher-a-exercer-a-advocacia-no-brasil/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

MARCOLLA, Fernanda Analú. **Castração como pena para os crimes sexuais**: reflexões históricas e constitucionais. Porto Alegre: Paixão Editores, 2022.

MARCOLLA, Fernanda Analú; RISTOW, Rogério. Violência sexual contra a mulher na perspectiva da cultura patriarcal e seus reflexos no direito penal brasileiro. In: MARCOLLA, Fernanda Analú. RISTOW, Rogério. TRIDAPALLI, Kássia Grisa. **Temas de direito criminal**: reflexões sobre violência de gênero. Vol. 2. Porto Alegre: Paixão Editores, 2022.

MARCOLLA, Fernanda Analú. STOLL, Sabrina Lehnen. A cultura patriarcal como ferramenta de exclusão social feminina na política brasileira: direitos da mulher, igualdade formal e material. GUILHERME, Willian Douglas (org). **Política em foco**: debates e embates. Vol. 1. Curitiba: Bagai, 2022.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia cultural**: iniciação, teoria e temas. Petrópolis: Vozes, 1982.

OAB. Juristas que marcaram a história do país: Myrthes Gomes de Campos. 2022. Disponível em: <https://www.oab.org.br/noticia/60107/juristas-que-marcaram-a-historia-do-pais-myrthes-gomes-de-campos>. Acesso em: 27 nov. 2022.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. Tradução Eneida Araújo. São Paulo; Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SHUMAHER, Schuma. BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário das mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

USP. **A faculdade de direito de São Paulo:** império e primeira república. Disponível em: <https://direito.usp.br/exposicao/648b3b541cfe-a-faculdade-de-direito-de-sao-paulo-imperio-e-primeira-republica>. Acesso em: 27 nov. 2022.

ENFRENTAMENTOS DA VIOLÊNCIA POR MULHERES EM SITUAÇÃO DE RELACIONAMENTOS ABUSIVOS

Larissa Faria Macedo¹⁵
Magda do Canto Zurba¹⁶
Soraia Araújo¹⁷

INTRODUÇÃO

Esta é uma reflexão sobre os impactos das experiências de relações abusivas vivenciadas por mulheres atendidas em um serviço municipal especializado, em uma capital do sul do Brasil. Este estudo nasceu a partir de atendimentos psicológicos no âmbito de um dispositivo da Assistência Social, um local especificamente preparado para acolher e salvaguardar os direitos de mulheres em situação de violência. Uma das facetas desse projeto foi a oferta de clínica ampliada e também de psicoterapia, quando era o caso. Esta perspectiva de acolhimento somente ocorreu por conta de um projeto de extensão que permitiu que algumas das mulheres atendidas neste dispositivo da rede pudessem ser acompanhadas quanto ao desenvolvimento de seus recursos sociais, pessoais e emocionais, fortalecendo sua saúde mental para o enfrentamento da situação de violência.

Ao longo das atividades, que duraram doze meses, percebemos que os impactos da violência resultavam em danos à saúde mental das mulheres acolhidas, algo que consistia em um dos elementos

¹⁵Graduanda em Psicologia (UFSC). Extensionista e colaboradora de pesquisa no KOAN – Laboratório de Psicologia da Saúde e do Desenvolvimento Humano (UFSC). Estagiária.
CV: <http://lattes.cnpq.br/2094351140117046>

¹⁶Pós-doutorado em Psicologia Social (PUC-SP). Doutora em Educação (UFSC). Professora Titular do Departamento de Psicologia (UFSC). Coordenadora do Curso de Graduação em Psicologia (2021-2023). CV: <http://lattes.cnpq.br/6389120640892981>

¹⁷Mestre em Serviço Social (UFSC). Psicóloga no Serviço de Proteção Social Especial (SEMAS / Florianópolis – SC). CV: <http://lattes.cnpq.br/0607218350236018>

centrais durante os atendimentos. Ou seja, não bastava apenas afastar o abusador, era preciso identificar as raízes do abuso e trabalhar com os prejuízos psicológicos trazidos pela experiência vivida. Percebemos que este tipo de acolhimento é importante tanto no momento em que a violência acontece, como após a sua superação, por meio de atendimentos pautados em um plano estratégico de médio ou longo prazo para o autocuidado, focando no processo de empoderamento e autonomia. As dificuldades pessoais que levavam as mulheres à experiência de abuso eram por vezes pontuais, mas na maioria das vezes eram decorrentes de longos processos existenciais, nos quais episódios de violência intrafamiliar eram conhecidos desde a infância.

Neste sentido, exploramos a temática na tentativa de compreender a experiência subjetiva de mulheres em situação de violência por relações amorosas abusivas, bem como os impactos destas violências na sua saúde mental, no seu bem-estar.

Uma das perspectivas deste trabalho é contribuir com profissionais da área na construção de estratégias interdisciplinares de atenção e cuidado à mulher em situação de violência, considerando as possibilidades de saída do ciclo vicioso dos relacionamentos abusivos com o apoio de ações integradas.

MULHERES EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E FATORES PSICOLÓGICOS

A violência contra as mulheres é um problema mundial e antigo, um fenômeno de existência generalizada, que se modifica em sua forma de expressão e manifestação, mas continua presente em todos os países. É comum as mulheres que solicitam atendimento em situações abusivas estarem vivendo esta experiência por longos anos em suas vidas, principalmente aquelas que têm filhos com o abusador, situação que acaba por agravar o vínculo com o autor das violências. Além dos filhos, outra questão que acaba por agravar a permanência das mulheres na relação abusiva é a dependência econômica. A pressão social,

a vergonha e a culpa pelo que estão vivenciando, o isolamento social causado pelo controle, o medo do que o abusador pode fazer consigo e/ou seus familiares, bem como a crença de que se é responsável por mudar o parceiro ou impedir que as violências aconteçam, também são alguns dos fatores de manutenção dessas mulheres nas relações abusivas (DE OLIVEIRA; MESSIAS; CAMPOS; DE ANDRADE; DOS SANTOS ALVES.; PERES, 2022) (SANDER, 2021) (GOMES, 2018) (GADONI-COSTA; DELL, 2011).

Ainda que, em muitos estudos, se paute a dependência econômica enquanto o principal fator de permanência das mulheres em relacionamentos abusivos, percebe-se que o fator psicológico, usualmente reconhecido pela população pela nomenclatura de “dependência emocional”, se situa como o marcador de maior agravamento para a permanência e/ou reincidência em relacionamentos abusivos por parte das mulheres.

Tal realidade é percebida - quando identificada a violência - na maior parte dos relatos trazidos pelas usuárias do referido serviço, como as afirmações de que “quero sair dessa relação, sei que é violenta, mas não consigo”. No imaginário desta mulher, é inconcebível viver sua vida sem este abusador, ao passo que este lugar também promove o que se chama de ganhos secundários, ou seja, de ter alguém que decida por elas, o que acaba por reforçar esse lugar de subalternidade internalizado pelas mulheres no decorrer da constituição de sua subjetividade e no estabelecimento de suas relações sociais numa sociedade sexista. Este cenário as impele a permanecer na relação abusiva na medida em que se sentem engessadas neste lugar da não escolha do controle durante muito este tempo.

Outra situação que se repete e alerta para a complexidade do tema é o fato de que a experiência de violência intraconjugal não costuma ser a primeira violência na vida destas mulheres. Muitas vezes a primeira violência é experienciada ainda na infância. Araújo (2020) em sua pesquisa sobre violência contra meninas aponta que há uma relação entre os processos de socialização/de subjetivação das meninas

e as situações de violência, de que a violência é estruturante da sociedade desigual e hierarquizada que vivemos, ou seja, é parte da cultura, da política, constituem subjetividade e as relações sociais. Processo que resulta numa espécie de “naturalização” das violências sofridas pelas mulheres, sendo o exercício de desnaturalizá-las centrais no seu enfrentamento (ZANELLO, 2020). Inúmeros pesquisadores da área apontam que a experiência de violência na infância, tanto como vítima direta quanto testemunha das violências entre os pais e/ou familiares pode significar um fator de risco para a ocorrência de violência contra mulher (ZANCAN; HABIGZANG, 2018, p. 9) (SILVA, 2008).

Apesar destas mulheres em situação de violência doméstica frequentemente buscarem pelos serviços de saúde, na qual chegam “poliqueixosas” e por vezes sem um amplo entendimento de suas reais demandas, ao acessar a unidade de saúde, muitas vezes, a equipe de atendimento em saúde que deveria ser um ponto de apoio e acolhimento, muitas vezes se mostra despreparada: tanto um despreparo técnico quando informativo pois desconhece a Rede de Serviços Especializados (TEIXERA; PAIVA, 2021) demonstrando dificuldade de articulação e reconhecimento das violências vivenciadas por estas mulheres (OLIVEIRA; JORGE, 2009)(DE MORAES, 2021, p. 20). Dentro deste despreparo técnico, encontram-se também situações em que os próprios profissionais das instituições apresentam condutas de julgamento e constrangimento para com estas mulheres, demonstrando o machismo inserido nas esferas das políticas de saúde, assistência e justiça (DE ARRUDA NUNES; SOUZA, 2021).

Segundo Zanello (2019), é comum o adoecimento psíquico relacionado às situações de violência ser tratado apenas a partir dos sintomas, sem referenciar as violências por trás destes, desconsiderando-se assim a gênese do adoecimento relacionado às experiências de submissão à violência doméstica. Na verdade, comumente no Brasil, todos os problemas de média complexidade em saúde mental costumam ser tratados por meio de medicações psicotrópicas, com

baixíssima indicação para psicoterapia. No caso especial das situações de relacionamento abusivo, esse é um fator que dificulta sobremaneira a criação de possibilidades de saída destes contextos. Tais condutas, apenas medicamentosas, silenciam e invisibilizam os possíveis abusos, ao mesmo tempo em que contribuem para a “psiquiatrização” da violência, na qual se trata apenas os sintomas, descolados de seu sentido e significado, usualmente prescrevendo o uso de ansiolíticos ou antidepressivos.

DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Sabe-se que, historicamente, as diversas formas de violência contra as mulheres sempre estiveram presentes em nossa sociedade, dado que o patriarcado se constitui e se sustenta desde os primórdios. Apesar disso, somente em 2006 foi sancionada a Lei Maria da Penha no Brasil (Lei nº 11.340/06), o que finalmente fortaleceu programas e políticas públicas que visam coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

As formas culturalmente instaladas de subjetivação da mulher brasileira perpassam a confirmação do machismo, seja pela questão do “ser escolhida”, “ser amada”, “ser salva”, enfim, todos os lugares de passividade – e também pela falta de protagonismo que acabam por internalizar uma posição subalterna dentro das relações interpessoais, principalmente as de caráter “romântico”.

A pergunta que nos colocamos é como essas mulheres passaram a naturalizar a relação abusiva em suas vidas, o que resulta em uma percepção de “merecimento” da situação de violência., elemento que fica nítido não só no campo relacional destas mulheres, como também são reforçados por outras mulheres em perspectivas da cultura brasileira, seja no campo jurídico, policial, midiático, entre outros. Não é raro o discurso explícito que culpabiliza a vítima no Brasil.

Neste sentido, é essencial a reflexão sobre o conceito de patriarcado, fator este que engendra as questões das violências de gênero

e todas as formas de opressão, subjugação e maus tratos contra as mulheres na sociedade. Ao falar aqui em sistema patriarcal, a pretensão é que este seja entendido através da amplitude de sentido produzido pela dominação masculina sobre e contra as mulheres. Dominação esta que atravessa o plano do simbólico, do linguístico, do prático, do metafísico, do epistemológico, do tecnológico, e que define o lugar social e cultural dos homens na sociedade, consequentemente refletindo na esfera política, do direito, da justiça, das subjetivações, das relações, da ética (TIBURI, 2014).

Dentro disso, o conceito de violência de gênero é entendido por vias desta desigualdade hierárquica entre homens e mulheres na sociedade, e que é consequência de uma construção social, política, religiosa e cultural, de modo que a submissão da mulher é validada e cultivada a partir desta construção (ACOSTA; GOMES; BARLEM, 2013). Conforme colocado por Safiotti (1976), autora que introduziu no Brasil uma perspectiva feminista e marxista do patriarcado, a violência de gênero pode ser entendida como intimamente relacionada ao sistema capitalista e ao racismo, que produz não apenas formas de dominação como também de exploração. É justamente neste âmbito que entendemos que a violência contra a mulher se constrói baseada na lógica da socialização machista. Assim, a violência de gênero seria uma categoria mais geral, porém sempre de dominação, podendo abranger a violência doméstica e violência intrafamiliar, incluindo interseccionalidades de idade, classe e raça.

Colocando em outros termos, Velázquez (2006), entende que a violência de gênero abarca todos os atos mediante os quais se discrimina, ignora, submete ou subordina as mulheres nos diferentes aspectos de sua existência. É todo ataque material ou simbólico que afeta sua liberdade, segurança, intimidade e integridade moral e/ou física. Dentro disso, a própria Lei Maria da Penha 11.340/2006, Art. 7º dividiu a violência contra a mulher em 5 tipos: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Certamente que estas diferentes formas

de enunciado da violência muitas vezes estas se sobrepõem, se interrelacionam, sendo tais divisões auxiliadoras na identificação da violência dentro dos processos cíclicos que ocorrem.

Ainda que tais violências ocorram através dos sistemas de poder e controle que privilegiem os homens, Foucault (1988) adverte que, onde há poder há resistência. Assim, pressupõem-se a capacidade destas mulheres em situação de violência de produzir maneiras de poder e resistência, atuando através de diferentes estratégias de enfrentamento. Uma das principais estratégias de enfrentamento no cenário brasileiro tem sido o acesso aos diversos serviços públicos da Política Nacional para Mulheres com foco na autonomia da mulher, a participação em grupos e à psicoterapia, bem como a utilização da arte enquanto recurso terapêutico.

Tiburi (2014), em seu apanhado filosófico, traz a reflexão de que o discurso anti-feminista é constituinte da história do patriarcado, entendendo que a dominação masculina se consolida em cima de tudo aquilo que é simbolicamente interpretado ou tem alguma ligação como “feminino”, como por exemplo os homossexuais, travestis e transsexuais. Assim, para que se perpetue a lógica da dominação masculina, os discursos feministas são atacados e abominados, endossando um discurso conservador de que “o feminismo está ultrapassado”. A filósofa entende o ‘espírito’ revolucionário do feminismo na medida em que tal movimento almeja uma transformação que busque pela garantia das liberdades individuais, ao mesmo tempo que respeita a coletividade, o que demarca um caráter político e ético ao feminismo, ao passo que também reivindica um novo lugar de construção de um sujeito histórico.

Nesse sentido, vale ressaltar que o movimento feminista teve um papel relevante na formulação e execução das diversas conquistas no campo das transformações sociais e das políticas públicas para as mulheres. O processo de construção das políticas públicas pode ser compreendido a partir de uma perspectiva que considera seu caráter social, histórico e político, uma vez que nascem e são executadas em

um movimento de resposta às demandas advindas do desenvolvimento capitalista, em relação com as intersecções de gênero, raça, classe, geração, dentre outros (ROCHA, 2016).

Além da luta pelo reconhecimento da “violência de gênero” e da criação de leis e políticas públicas que visam coibi-la, o movimento feminista também oferece recursos e pressupostos ético-políticos de contestação de um conjunto de suposições que acabam por naturalizar práticas opressivas e discriminatórias contra as mulheres.

RECOMENDAÇÕES PROFISSIONAIS PARA O ATENDIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Compreendemos que o trabalho dos profissionais dos serviços de política nacional para mulheres não seria apenas afastá-las de seus abusadores, e sim colaborar na ampliação dos aspectos subjetivos envolvidos no abuso. Tal posição ético-política da acolhida dentro dos serviços para mulheres se faz nesse sentido, de proporcionar um entendimento de si, de sua perda de saúde ou adoecimentos e somatizações decorrentes destas experiências violentas, muitas vezes através de um processo dialógico baseado no letramento de gênero e uma escuta especializada.

O letramento de gênero elaborado por pressupostos feministas pode auxiliar profissionais, gestores e agentes públicos na compreensão e análise das dinâmicas sexistas que fundamentam o contexto de violência e que são tão essenciais nas práticas de cuidado neste contexto em questão (LISBOA, 2014). Além da importância do letramento de gênero no combate à violência, tanto por parte dos profissionais, como pelas próprias mulheres, é necessário levar em conta a influência de outros marcadores sociais, como os de raça e classe, neste contexto.

Nesse sentido, a perspectiva da “intersseccionalidade” advinda do Feminismo Negro e elaborada por Kimberle Crenshaw (2016) auxilia na compreensão da violência como sendo estrutural, constituída por elementos analíticos que estão articulados e interrelacionados, pro-

duzindo diferentes experiências. O conceito de interseccionalidade, elaborado em 1989 (RIBEIRO, 2018) permitiu reconhecer que racismo e violência de gênero comumente se combinam, criando múltiplas vulnerabilidades, vindo também a questionar as diferentes desigualdades sociais a partir das diferenças e dos lugares de opressão, bem como suas implicações na esfera econômica, social, subjetiva e política de cada sujeito/grupo. Tal perspectiva nos possibilita então compreender a influência dos marcadores de raça, classe, entre outros, na produção das diversas vulnerabilidades que irão mutuamente influenciar nos fatores de risco, de permanência e de enfrentamento nos contextos de violência.

Apesar de pesquisas apontarem que a violência doméstica não tem diferenciação de etnia, classe social ou de idade, entende-se que a combinação dos diversos marcadores pode ‘vulnerabilizar’ ainda mais mulheres pobres, periféricas, racializadas, com deficiência, e não-heterossexuais, por exemplo, podendo estes agravar e retroalimentar situações de risco a que esses grupos estão expostos (ARAUJO, 2020).

Sendo assim, os diversos serviços constituintes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que buscam pela proteção e garantia de direitos, são um grande passo nesta luta. Dentro disso, o atual serviço especializado referido nesta pesquisa e que integra tal Política, é pautado pela instauração da Lei Maria da Penha. O conceito de enfrentamento elaborado por esta Política faz referência à implementação de políticas amplas e articuladas que estejam alinhadas à complexidade multifacetada das violências, levando em conta todas suas dimensões.

Assim, esta noção de enfrentamento sinaliza a necessidade de não se restringir as políticas apenas à questão do combate, fugindo assim de uma lógica unicamente punitivista e adotando estratégias de prevenção, assistência e garantia de direitos

Hoje, tal Política Nacional busca garantir o acesso destas mulheres a um atendimento qualificado através dos serviços especializados (como as Casas-Abrigo, Centros de Referência, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher) e

fortalecimento da Rede de atendimento através do viés da integralidade. O referido serviço que é um dispositivo da Assistência Social de uma capital do sul do Brasil fornece atendimentos individuais, realizados por profissionais do Serviço Social e da Psicologia, assim como a realização de um Grupo Reflexivo recentemente elaborado por uma das técnicas. Nestas experiências de grupo, foi possível perceber a apropriação das usuárias vítimas de violência de suas próprias histórias, através do que se entende pelo ‘exercício de ser em relação com o outro’, onde podem falar a partir da sua própria experiência e se enxergar nas outras, socializando seus sofrimentos. Esse exercício de coletivizar aquilo que estava no campo individual, particular, rompe aquilo que é a espinha dorsal da violência doméstica, que é o silenciamento. Ao estarem no exercício de contar suas próprias histórias, ao mesmo tempo que reconhecem e acolhem as histórias das outras, enxergando as similaridades, e especificidades de cada processo, sem hierarquização, produz um efeito terapêutico muito importante.

Os grupos se utilizavam principalmente de Oficinas ministradas pelas próprias participantes, o que as colocavam neste lugar de sujeitas ativas e criadoras no seu processo de subjetivação, rompendo com a lógica da vitimização, como também possibilitando que se apropriassem de diferentes ferramentas artísticas, possibilitando a apreensão de novas formas de expressão, entendimento e linguagem sobre o que experienciaram. Assim, compreende-se a arte também como uma importante mediadora no processo de compreensão interna e elaboração das violências por um viés de promoção de saúde mental (FERNANDES, 2013).

Enfim, ter um espaço onde se entende o desejo e o medo, a ambiguidade entre amar esse agressor e ser violentada por eles, de entender os aspectos intersubjetivos que as tornam refém do abuso, para além das limitações sociais, econômicas ou familiares – tem sido um ponto fundamental nos cuidados sobre os efeitos psicossociais da violência. Desta forma, muitas vezes o trabalho com mulheres em situação de violência consiste em promover saúde, mediar a saída do isolamento,

promover o reencontro da confiança em si mesmas, e mesmo acessar outros espaços não-tóxicos de relacionamentos.

Entendemos que para realizar um bom trabalho profissional neste campo, podemos utilizar inúmeras estratégias, muitas das quais não couberam neste texto. O fato é que a chegada destas mulheres ao cuidado profissional costuma ser resultante de uma longa viagem existencial até que surja o encorajamento de se expor e ser cuidada. Valorizar essa chegada é o primeiro passo, pois chegar até ali certamente foi uma caminhada bastante difícil para mulheres submetidas a experiências de violência, sendo muitas vezes, a única forma de saída e sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, D. F.; GOMES, V. L. D. O.; BARLEM, E. L. D. Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 26, p. 547-553, 2013.

ARAÚJO, S. A. D. **As contribuições do feminismo negro interseccional no estudo da violência contra meninas**: o caso do PAEFI Florianópolis. 2020.

BRASIL, **Lei nº. 11.340**, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). CRENSHAW, K. **A urgência da interseccionalidade**. TEDWomen, [S.l.; s. n.], 2016. 1 vídeo (18min.41seg.). Disponível em: https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-br. Acesso em: 12 dez. 2022.

DE FREITAS, A. B. A. SAFFIOTI, H.I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p. **Revista de História da UEG**, v. 10, n. 01, p. e012124-e012124, 2021.

DE MORAES, E. O. Relacionamentos abusivos e as consequências em mulheres que o vivenciaram. **Revista de Trabalhos Acadêmicos da FAM**, v. 6, n. 1, 2021.

DE ARRUDA NUNES, A. C.; SOUZA, T. M. C. Análise das vivências de violência doméstica em mulheres evangélicas pentecostais e neopentecostais. **Revista da SPAGESP**, v. 22, n. 2, p. 58-72, 2021.

DE OLIVEIRA, B. B.; MESSIAS, C. M.; CAMPOS, E. R. S.; DE ANDRADE, M. B.; DOS SANTOS ALVES, L. D.; PERES, C. R. F. B. Violência contra as mulheres: o que elas dizem. **Conjecturas**, v. 22, n. 12, p. 20-33, 2022.

FERNANDES, M. H. **A terapia pela arte na intervenção com mulheres vítimas de violência doméstica**. 2013. Tese (Mestrado em Política Social) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**, v. I. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GADONI-COSTA, L. M.; DELL, D. D. Multigeracionalidade eo processo de enfrentamento da violência contra a mulher: **Estudos de caso. Salud & Sociedad**, v. 2, n. 1, p. 63-78, 2011.

GOMES, I. R. R. **A intenção feminina de permanecer em um relacionamento abusivo**. 2018.

LISBOA, T. K. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do serviço social. **Temporalis**, v. 14, n. 27, p. 33-56, 2014).

MARCIA TIBURI NO ENTRE O CÉU E A TERRA. 16 de dez. de 2014. 1 vídeo (1h02min28s). Publicado pelo canal TV Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xgnj6ww3tfE>. Acesso em: 12 dez. 2022.

OLIVEIRA, E. N.; JORGE, M. S. B. Violência contra a mulher: sofrimento psíquico e adoecimento mental. **Rev. Rene**, v. 8, n. 2, p. 93-100, 2007.

RIBEIRO, D. **Feminismo negro e filosofia**. 2 fev. 2016. 1 vídeo (17min27s). Publicado pelo canal LabExperimental.org. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u56gUXb-dH2Q>. Acesso em: 12 dez. 2022.

ROCHA, L. M. L. Feminismo, gênero e políticas públicas: desafios para fortalecer a luta pela emancipação. **Revista de Políticas Públicas**, p. 313-322, 2016.

SANDER, Y. C. S. **Sofrimento psíquico e violência doméstica: narrativas de mulheres pretas, pardas e morenas catadoras de resíduos sólidos**. 2021.

SILVA, M. C. M. **Rota crítica: os (des) caminhos trilhados por mulheres em situação de violência doméstica na busca por ajuda**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TEIXEIRA, J. M. D. S.; PAIVA, S. P. Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, p. e310214, 2021.

VELÁZQUEZ, S. **Violências Cotidianas, Violência de Gênero**: escutar, compreender, ajudar. Buenos Aires: Paidós, 2006.

ZANCAN, N.; HABIGZANG, L. F. **Regulação emocional, sintomas de ansiedade e depressão em mulheres com histórico de violência conjugal**. **Psico-USF**, v. 23, p. 253-265, 2018.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Editora Appris, 2020.

_____ **Violência de gênero contra as mulheres e saúde mental: psiquiatrização, silenciamento e invisibilidades**. Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. São Paulo: Marcial Pons, p. 135-158, 2019.

SOBRE O ORGANIZADOR

CLEBER BIANCHETTI

Doutorando em Educação e Novas Tecnologias (UNINTER). Mestre em Educação e Novas Tecnologias no Centro Universitário Internacional Uninter (2017-2019). Especialização em Mídias Integradas na Educação na UFPR (2018); Especialização em Gestão Pública na UFPR (2016); Especialização em Desenvolvimento Gerencial na FAE Business School (2002); Especialização em Interdisciplinaridade na Educação Básica no IBPEX (1998); Especialização em Saúde para Professores do Ensino Fundamental e Médio na UFPR (2019). Graduação em Administração de Empresas pelo Centro Universitário Cesumar - UniCesumar (2017); Graduação em Filosofia, Sociologia e História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná PUC PR (1997).

E-mail: cleberbian@yahoo.com.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Advocacia 65, 71-73, 75-77
África 33, 35, 36, 42, 43, 47, 48
Ancestralidade feminina 33, 34, 47
Atividades domésticas 76

C

Combate ao patriarcado 65, 70
Construção social 50, 84
Covid-19 49, 50, 52, 62-64
Cultura machista 66

D

Desigualdade hierárquica 84
Desigualdades de gênero 34, 48, 65, 66, 68
Direitos humanos 8, 12-14, 17, 19-21, 25, 27, 30, 65
Discriminação 27, 28, 30, 38, 73
Discriminações salariais 70
Diversidade 33, 34, 36, 66
Dores 33

E

Ecodesenvolvimento 66, 77
Enfrentamento 8-15, 17, 18, 49, 50, 60, 61, 79, 82, 83, 85, 87, 90
Enfrentamentos da violência 79

I

Igualdade social 66, 76
Interseccionalidade 87, 89

M

Maus tratos 45, 84

Mercado de trabalho 70
Micropolítica 15
Mulheres lésbicas 19-21, 25-27, 29-31
Myrthes gomes 65, 71, 72, 76, 77

O

Opressão 42, 77, 84, 87

P

Patriarcado 38, 65, 70, 71, 77, 83-85
Perspectiva feminista 84
Políticas públicas 7-18, 26, 69, 83, 85, 86, 90
Preconceito 27, 30, 46, 66, 76

R

Racismo 44, 84, 87
Relacionamentos abusivos 79-81, 89
Representatividade feminina 65, 66, 68, 69, 71, 75, 76
Resiliência 59, 61
Resistência 23, 33, 35, 47, 59, 85

S

Sexualidade 19-24, 30-32, 90
Sistema capitalista 84
Sistema patriarcal 74, 76, 84
Socialização machista 84
Subjugação 38, 84
Submissão da mulher 84
Submissão 70, 82, 84

V

Violência de gênero 7, 8, 15-17, 20, 21, 27, 31, 77, 84, 86, 87, 90
Violência doméstica 9, 82-84, 87-90
Violência intrafamiliar 80, 84
Violências de gênero 10, 21, 30, 83

ISBN 978-65-5368-182-8



9 786553 681828 >

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br